

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 05 | MAIO 2008 | R\$ 13,00



Safra 2008/09

PROPOSTA PARA O PLANO SAFRA

Biocombustíveis

Resposta ao *lobby* externo

Floricultura

Conheça para poder entrar

Argentina

Retenciones: de que lado
está a razão?

O agronegócio é o seguinte

Segurança alimentar e energética

A ESCALADA de preços das *commodities* minerais e do petróleo superam de longe as que ocorrem nas agrícolas. Interessante nessa constatação é o fato das duas primeiras fazerem parte da formação dos custos da terceira. Em muitas regiões brasileiras, principalmente as mais distantes dos portos e dos grandes centros de consumo, as projeções de receita e despesa não apontam para um quadro tão favorável como parece à primeira vista. A intensa subida dos preços de fertilizantes é uma fonte de preocupação justificável não apenas aqui, no Brasil, mas em todo o mundo.

O desempenho da safra mundial de 2008/09 terá grandes influências nas tensões dos mercados internacionais. Com estoques em patamares históricos bem pequenos, as notícias de adversidades climáticas, ataques de pragas e surgimento de doenças, eventos frequentes e peculiares no setor, terão desdobramentos imprevisíveis. Mesmo que a produção agrícola retome o crescimento previsto, uma visão futura terá de ser debatida diante da voracidade dos consumidores asiáticos.

É um ano bem especial para a agricultura. Inserida na base das cadeias produtivas, a atividade sofre acirrada concorrência como supridora de matéria-prima para os 4 Fs: *food* (alimento), *feed* (ração), *fuel* (combustível) e *fiber* (fibra). O mercado definirá o caminho a seguir ou haverá a necessidade planejamento e de compensações na produção. O acesso a recursos naturais não será o mesmo de décadas passadas. Mahatma Gandhi, líder no movimento de independência da Índia, dizia que “seriam necessários outros planetas se a Índia seguir o padrão de consumo da Inglaterra”.

Nesse cenário, os olhos da comunidade internacional estão voltados para o Brasil. Nada mais natural e previsível ante as potencialidades do País na agricultura e o crescimento frenético da população mundial. Mas, como está o grau de percepção e preparo do governo e da iniciativa privada do agronegócio nacional diante dessa realidade? Como ser préativo e agir interna e externamente ao mesmo tempo?

Haverá cobranças e exigências na aplicação da sustentabilidade. Junto com a questão da produção há os aspectos do meio ambiente e o social. Na condição de continente tropical, até a insolação será cobrada do Brasil. Imagine-se, então, quando o assunto for mais direto, como no caso bioma amazônico. Se a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, está emperrada. O próximo encontro da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, órgão das Nações Unidas, tratará da manutenção de floresta em pé. Esses dois temas são convergentes e em futuro próximo serão discutidos na mesma mesa de negociação.

Agroanalysis traz matéria intrigante sobre a contradição política do governo argentino para priorizar o abastecimento interno. A aplicação da *tablita* com alíquotas de exportação de cereais e oleaginosas faz parte do esforço oficial para evitar pressões inflacionárias internas com a subida dos preços internacionais dos alimentos. Com sua renda prejudicada, os agricultores discordam do modelo e realizam bloqueios na distribuição dos alimentos. Lá, também se discute calorosamente o avanço da soja e a queda na diversificação da agricultura.

A cana-de-açúcar começa uma nova temporada com a expectativa de bater mais um recorde na produção de campo e na fabricação de açúcar e álcool. Se a notícia é motivadora para a cadeia produtiva, com desempenho notável em 2007, a cogeração de energia a partir do bagaço da cana superou a hidráulica. Isso marca a força do setor em outra área de negócio. Já com relação ao biodiesel, com custos crescentes do óleo de soja, sua principal matéria-prima, os produtores amargam prejuízos e paralisam as atividades. É um momento muito difícil.

O governo anuncia medidas para estimular a produção de trigo, o principal cultivo da safra de inverno. Para o Brasil é um produto de maior dependência externa. Com relação às cooperativas, o seu papel continua de grande importância nas exportações do agronegócio nacional. Os produtos contaminados por excesso de defensivos e os aspectos da certificação com relação às barreiras técnicas de comércio são tratados pelo Qualiagro. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Getty Images (pág. 4)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José
Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de
Souza Marinho, Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda),
Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti
(Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda),
Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro
Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A - Banco de Investimento), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco
S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de
Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A),
Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Romeu de Figueiredo Temporal
(Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados,
de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio Murray
(Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz
Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de
Investimentos Crédito Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro
Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América
Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce),
Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café
Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

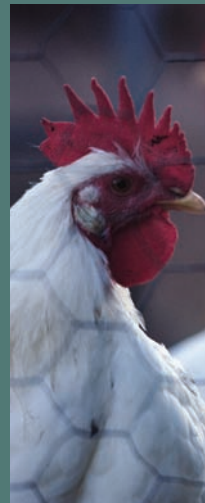
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 José Olavo Borges Mendes

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Cooperativas I

15 Cooperativas II

16 Safra 2007/08

17 Farm Bill

18 Cadeia sucroalcooleira I

19 Cadeia sucroalcooleira II

20 Argentina I

21 Argentina II

31 Segurança alimentar

34 Trigo Safra 2008/09

35 Flores

Caderno Especial

23 Proposições para o plano agrícola e pecuário
2008/09

Agroenergia

37 Biocombustíveis

39 Biodiesel

Gestão

40 Qualiagro I

41 Qualiagro II

43 Sped

44 Ripa

Sustentabilidade

45 Brasil

47 Reserva legal e área de preservação permanente

48 Desenvolvimento sustentável

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Argentina



Novo regime das *retenciones*

Brasil



Uso da terra

Segurança alimentar



Fertilizantes e alimentos

Especial



Proposições para a safra

José Olavo Borges Mendes
Presidente da ABCZ

Pecuária com sustentabilidade

por Bruno Blecher

SUSTENTABILIDADE FOI a palavra de ordem da Expozebu 2008. “O pecuarista sempre foi visto como um sujeito que destrói a natureza, o que não é verdade. Somos criadores e como tal sempre estamos atentos ao ambiente”, diz José Olavo Borges Mendes, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), entidade que promove a grande feira da pecuária em Uberaba-MG.

Médico e pecuarista, José Olavo Borges Mendes, que exerce seu terceiro mandato como presidente da ABCZ, diz que o grande desafio da entidade, além da sustentabilidade, é levar tecnologia e genética de ponta para os pequenos e médios pecuaristas. Todos ganham com isto: os pequenos produtores aumentam a sua produtividade e a sua renda; os pecuaristas de elite ampliam o mercado para a sua genética; e o Brasil amplia a qualidade e a quantidade de alimentos.

AGROANALYSIS Nós temos duas pecuárias no Brasil, talvez três, quatro, cinco. A pecuária da Hilux e a pecuária da Fiorino enferrujada. A que prevalece é a dos pequenos pecuaristas, que têm área de menos, é a dos Fiorinos. O pecuarista típico brasileiro anda de carro velho, botas furadas, tem meia dúzia de bois e área média de 35 hectares. Como fazer essa pecuária avançar mais, introduzir mais tecnologia?

JOSÉ OLAVO BORGES MENDES Realmente, nós temos mais de duas pecuárias no Brasil. Temos a pecuária de elite, que está no topo da pirâmide, com genética de ponta, e na pecuária de base está a

comercial. Eu acho que o nosso grande desafio é levar a genética da pecuária de elite para a pecuária de base, e nós estamos conseguindo isso. Há 15 anos, nós matávamos os bois de boiada com 5 anos de idade, hoje estamos matando esses

“ Há 15 anos, nós matávamos os bois de boiada com 5 anos de idade, hoje estamos matando esses mesmos bois com dois anos, 2 anos e meio”

mesmos bois com 2 anos, 2 e meio. Isso significa que a genética de melhoramento, que é feita pela ABCZ, está chegando à base da pirâmide. Você está levando a precocidade, a eficiência reprodutiva e outras vantagens dessa genética para a

pecuária de base. É o que está fazendo o Brasil ocupar esse espaço de maior vendedor de carne do mundo, o maior rebanho comercial do mundo.

AGROANALYSIS Hoje estamos exportando até animais vivos. Como o senhor avalia este negócio?

BORGES MENDES A ABCZ sempre trabalhou para a abertura de mercado. Nós temos hoje um programa com a participação do governo, da Apex e visitamos vários países. Eu tive a oportunidade de visitar o Egito, na época em que estavam fechadas as importações de carne do Brasil, e nós conseguimos mostrar a eles a qualidade do nosso produto. Quando o preço do boi estava baixo, quando o pecuarista estava sendo mal remunerado, nós sentimos a necessidade de exportar mais, de agregar valor ao nosso produto. Os frigoríficos, na linha de frente, estavam ganhando muito, e o pecuarista sendo mal remunerado. Então, precisávamos de um equilíbrio nessa história, e maior demanda para que o boi pudesse subir de preço. Conseguimos abrir mercado para o boi em pé na Venezuela e nos países asiáticos, o que foi muito bom. Agora que as coisas pioraram um pouco para os frigoríficos, eles estão lutando para fechar esse tipo de mercado, sob a alegação de que o negócio não agrega valor. É verdade, nós estamos deixando de ganhar com couro, com mão-de-obra, mas é importante que esse mercado se mantenha aberto, porque é uma válvula de escape, igual a da panela de pressão, para não deixar a coisa explodir.



“É importante que esse mercado [exportação de animais vivos] se mantenha aberto, porque é uma válvula de escape, igual a da panela de pressão”

AGROANALYSIS Não é estranho que os frigoríficos lá fora consigam comprar animal vivo aqui no Brasil, transportar o gado para seus países e ainda pagar mais para os pecuaristas brasileiros?

BORGES MENDES Para você ver como alguma coisa está errada. É importante que isso tenha continuidade e à medida que eles pagarem melhor, com certeza nós vamos deixar de exportar o boi em pé.

AGROANALYSIS Qual é a sua avaliação da Expozebu 2008?

BORGES MENDES O ponto alto da Expozebu foi a alta performance dos animais, que cada vez se superam, alcançando índices maravilhosos. Os negócios foram muito bons, não só nos leilões, mas nas centrais de sêmen, superando em muito as versões anteriores. Os resultados dos leilões foram 12% superiores ao do faturamento do ano passado, que já tinha sido excelente. Mas a nossa principal proposta foi de transformar a Expozebu em um palco das discussões do agronegócio brasileiro. Fi-

zemos uma série de reuniões e encontros, que foram muito produtivos.

AGROANALYSIS O tema desta Expozebu, a sustentabilidade da pecuária, representou também um avanço.

BORGES MENDES Pecuária Sustentável é o tema do momento, é uma mudança de conceito. Nós tínhamos por obrigação tratar desse assunto e ele foi escolhido como tema da Expozebu. Estamos passando, todos sabem, por transtornos no clima, no meio ambiente, o que traz preocupações sobre a nossa própria sobrevivência, o nosso futuro. É importante conscientizar o produtor rural de que ele deve estar atento a esses problemas. Devemos produzir hoje com sustentabilidade, ou seja, sem agredir o meio ambiente.

AGROANALYSIS Dá para perceber que está sendo construído um conceito de sustentabilidade, um modelo para pecuária?

BORGES MENDES Com certeza. O pecuarista sempre foi tratado como sendo um gran-

de destruidor do meio ambiente e isso não é verdade. O pecuarista está sempre atento à natureza e, por ser um criador, ele está sempre preservando as suas nascentes. Só que à medida que nós vamos nos reeducando, cada geração que chega fica mais conscientizada do problema, mais atenta aos problemas. Hoje o meu filho tem uma consciência maior, e o meu neto vai ter uma superior. Tudo é questão de educação e sentimento. O pecuarista por si só é um sonhador, um poeta, além de ser um sujeito que produz alimentos, e o mundo está tão carente deles. Mas é importante também que ele produza com sustentabilidade.

AGROANALYSIS É preciso aliar conciliar a produção de alimentos com a preservação da natureza.

BORGES MENDES Nós temos de estar atentos a todas essas coisas. Eu fico satisfeito, mas ao mesmo tempo preocupado, porque hoje li na *Folha de S.Paulo* que os chineses vêm ao Brasil à procura de



“O
pecuarista
por si só é
um sonhador,
um poeta,
além de ser
um sujeito
que produz
alimentos, e
o mundo está
tão carente
deles”

terras para produzir. A China é um país superpopuloso, tem dificuldades, principalmente em relação à água. Há uma carência muito grande de água.

AGROANALYSIS Na abertura da Expozebu, o senhor fez um discurso sobre a reforma agrária. Qual é a posição do pecuarista em relação à questão?

BORGES MENDES Esse é um tema antigo, por isso nós queríamos mudar a tônica da conversa, porque nós falamos sobre isso há vários anos e não chegamos a um denominador comum. Estamos sempre sendo agredidos e ameaçados, produzindo com insegurança no campo. Isso é um problema sério. A primeira coisa que um produtor deve ter é tranquilidade e segurança para produzir. Esse tema voltou à baila por uma série de circunstâncias. A primeira foi quando o nosso ministro do Supremo Tribunal Federal tocou no assunto e disse que era contra essas invasões de terra e isso nos deu um alento,

uma nova chama de esperança. Ninguém é contra a reforma agrária, isso precisa ficar claro. Nós sugerimos ao governo várias vezes um novo modelo de reforma agrária que poderia ter sucesso. O ideal é que reforma agrária seja feita no modelo das cooperativas, em que o produtor rural tenha todas as condições para sobreviver, para educar seus filhos, ter assistência médica e, ao mesmo tempo, ter tratores, insumos. Infelizmente, essa simples distribuição de terras, aleatoriamente, não leva a nada.

AGROANALYSIS A ABCZ está valorizando muito o programa Progenética.

BORGES MENDES É um programa de melhoramento genético voltado para os pequenos e médios produtores, para que eles tenham acesso à genética. Nós fizemos um esforço muito grande na Expozebu para trazer esses pequenos e médios produtores para dentro do Parque Fernando Costa. É importante para eles

que eles tenham a possibilidade de agregar mais valor ou mais leite à sua produção, e isto se faz por meio de genética. O programa facilita o acesso dos pequenos e médios produtores à tecnologia, com juros baratos e prazos longos. Além disso, ele recebe assistência técnica. No projeto ganham todos, não apenas os pequenos e médios produtores, mas também a pecuária de elite, que vende genética. Ganha também o Brasil, porque ao melhorar a produtividade, nós estamos melhorando a qualidade e aumentando a quantidade de alimentos.

AGROANALYSIS O Brasil começa também a ser referência em genética.

BORGES MENDES Sem dúvida. A procura pela nossa genética por países da América Central e da América do Sul vem crescendo. Também a Índia está buscando genética por aqui. Recebemos também durante a Expozebu delegações da África, que hoje é um mercado crescente. ■

Macroeconomia

Considerações sobre o grau de investimento

Rogério Mori*

O FATO do Brasil ter atingido o grau de investimento pela agência de classificação de risco Standard & Poor's foi motivo de comemoração pela maior parte dos analistas econômicos. O entusiasmo derivou, em grande medida, da possibilidade de captação de recursos externos por parte do setor privado ou público a taxas de juros internacionais teoricamente inferiores às cobradas anteriormente. Ao mesmo tempo, o grau de investimento abre a possibilidade concreta de fundos de investimentos estrangeiros ampliarem sua fatia de alocação de recursos no Brasil, uma vez que a menor percepção de risco dá espaço para tal nesse momento. Assim, o grau de investimento abre um leque de possibilidades de investimentos no País, com grandes potenciais de retorno para a economia brasileira.

Do ponto de vista macroeconômico, a melhoria da classificação de risco se traduz em um potencial aumento do fluxo de dólares para o País de variadas formas. O ingresso de recursos externos significaria novas pressões por apreciação da moeda brasileira ante o dólar norte-americano, o que representaria uma potencial nova rodada de perda da competitividade da produção brasileira de itens comercializáveis com o exterior em relação aos produtores dos demais países. Esse quadro agravaria a situação de alguns setores que já convivem, de forma cada vez mais dura, com a concorrência externa nos seus mercados, implicando uma possível perda de espaço da produção nacional nos mercados externo e doméstico.

A dinâmica tende a ser exacerbada em um quadro de elevação da taxa doméstica

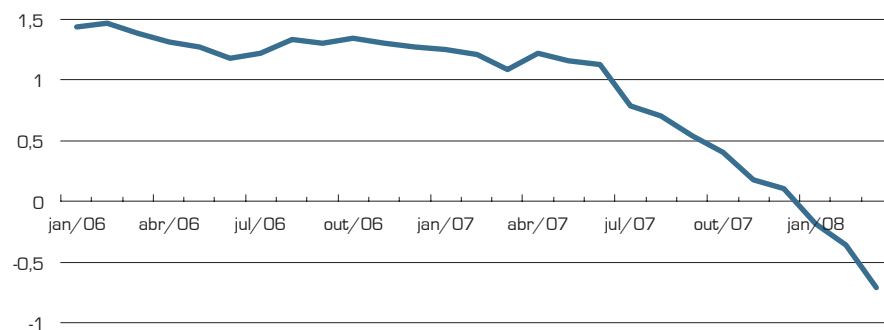
juros – Selic – por parte do Banco Central, a perspectiva de ingresso de recursos externos para aplicação em renda fixa tende a ampliar-se, potencialmente agravando o quadro de apreciação do real em relação às demais moedas verificado até agora.

O processo tende a agravar a situação de setores mais expostos à concorrência externa, como é o caso da indústria brasileira. Não sem razão, o governo recentemente lançou medidas no sentido de estimular o investimento e a produção no setor, mas elas podem se perder no vazio visto que um dos preços fundamentais para o setor (taxa de câmbio) encontra-se adversamente desalinhado.

Curiosamente, a mudança para grau de investimento ocorreu em um momento em que as contas externas brasileiras já sinalizam concretamente para uma inversão (vide gráfico), que dá indícios de ficar cada vez mais visível adiante. O resultado em conta corrente brasileiro, que foi positivo no ano passado, deve ficar negativo neste ano, e o Brasil deverá novamente retomar o ciclo de déficit em conta corrente com financiamento externo, repetindo o movimento verificado na segunda metade da década de 1990, e que se encerrou na crise cambial de 1999.

A síntese desses elementos sugere que o Brasil entra em uma nova perspectiva, mas com os mesmos problemas do passado. A exagerada apreciação da moeda brasileira diante das demais colocou em xeque a posição das contas externas do País e de vários setores expostos à concorrência externa. Ao mesmo tempo, o grau de investimento tende a amplificar essa dinâmica, sinalizando para uma piora das contas brasileiras nos próximos anos. Então, existe algum grau de conforto para o governo brasileiro em função da posição das reservas internacionais e do ambiente de liquidez internacional, que ainda se mostra favorável no momento. O problema pode surgir em um cenário de súbita reversão de liquidez internacional, que poderá atingir o Brasil em um período de fragilização das contas externas. ■

Resultado em Conta Corrente/PIB [%] - 12 Meses



Fonte: BCB. Elaboração: FGV-EESP/Cemap

A despeito desses aspectos positivos, existem alguns elementos que devem ser considerados em relação ao grau de investimento e que afetam a dinâmica da economia brasileira, não apenas no âmbito macroeconômico, mas também no setorial.

de juros, à medida que amplia o diferencial de taxas existentes entre o mercado nacional e o internacional. Em outras palavras, dado que a política monetária tende a ser contracionista nos próximos meses (tendo em vista o cenário de inflação doméstica), com elevações da meta da taxa básica de

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



Maracujá robusto

Variedades com maior resistência e tolerância a doenças, menor dependência da polinização artificial, maior longevidade, vigor e alta produtividade, além de produtos mais resistentes ao transporte e que poderão ficar mais tempo nas prateleiras. É isso o que promete a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que acaba de lançar os híbridos de maracujazeiro-azedo BRS Gigante Amarelo, BRS Sol do Cerrado e BRS Ouro Vermelho. De acordo com a Embrapa, os híbridos de maracujazeiro vão contribuir para a racionalização do uso de defensivos agrícolas e o aumento de produtividade, o que resulta na diminuição dos custos de produção da cultura

Tendências da laranja

Estimativa divulgada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo calcula a colheita da laranja em 368,2 milhões de caixas de 40,8 quilos em área de 691,26 mil hectares, cerca de 1,7% maior que na safra passada. Os dados indicam a migração da laranja para outras regiões que não estão entre as 20 tradicionais. A produtividade nas regiões novas, como a de Botucatu, chega a 3,3 caixas por pé, acima da média paulista de 1,97 caixa por pé. Para os técnicos da Secretaria da Agricultura, isso se deve às mudanças no padrão tecnológico. São Paulo possui o maior pomar do mundo, com cerca de 200 milhões de pés de laranja, e responde por mais de 90% das exportações brasileiras de suco de laranja. Maior fornecedor de suco do mundo, São Paulo exportou no ano passado US\$ 2,35 bilhões.

OPORTUNIDADE

“Inserir as savanas africanas, muito similares ao cerrado, nas áreas de expansão da oferta mundial de alimentos deveria ser um objetivo estratégico dos agroempresários e do governo brasileiro”

Folha de S.Paulo, 12 de maio de 2008, no editorial *Agroestratégias*

Matriz energética

A participação de fontes renováveis (energia hidráulica, produtos da cana-de-açúcar, lenha e carvão vegetal) na matriz energética brasileira cresceu em 2007, segundo informação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Dados preliminares do BEN (Balanço Energético Nacional) indicam que as fontes renováveis foram responsáveis por 46,4% da oferta energética no país em 2007, totalizando 111 milhões de TEPs (toneladas equivalentes de petróleo). Em 2007, essas fontes respondiam por 44,9% da matriz. As fontes não-renováveis (petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral) representaram 53,6% da oferta de energia no ano passado, contra 55,1% em 2006.

ÁLCOOL MARINHO

A Alltech, em Springfield-Kentucky (EUA), planeja produzir 5 mil galões de etanol por ano a partir de algas. Segundo os técnicos da empresa, a planta industrial conseguirá obter 3.000 litros do combustível por acre a mais do que se consegue no Brasil com a cana-de-açúcar no Brasil. A Alltech promete 18 mil litros de etanol por acre, contra 15 mil litros no Brasil. Mais informações www.alltech.com

Cacau com dendê

O PAC do Cacau (Plano de Desenvolvimento e de Diversificação Agrícola na Região Cacaueira do Estado da Bahia), lançado em maio na cidade de Ilhéus (BA), pretende revitalizar a lavoura por meio da renegociação da dívida (quase R\$ 1 bilhão) e fomento às culturas alternativas como a seringueira e o dendê. A idéia é incentivar o plantio consorciado, para melhorar a renda do agricultor. O preço do cacau no mercado futuro de Nova York está em torno de US\$ 2.600/tonelada, quase 100% a mais do que há dois anos.

Um ambientalista na terra do gado

Fato inédito na história da entidade, a tradicional ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu) tem um representante da WWF, uma das mais conhecidas ONGs ambientalistas do mundo. Médico-veterinário e especialista em leite, Luís Laranja, coordenador de Agricultura e Meio Ambiente da WWF, participou do Fórum Canal Rural: Soluções para uma Pecuária Sustentável, ao lado do ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli e de João Gilberto Bento, diretor de Marketing da ABCZ.

"Sustentabilidade não é um rótulo ou uma mera exigência dos europeus, é o grande ativo do produtor rural, o patrimônio dele. Não é porque uma ONG lá fora exige, é uma obrigação nossa" **Luís Laranja**

"Por que se desmata a Amazônia? Porque o produtor não tem preço suficiente para produzir racionalmente. Precisamos usar cada vez mais tecnologia e conhecimento para baratear os nossos custos. Apoiar os institutos de pesquisa como a Embrapa" **Alysson Paolinelli**

"Para aplicar tecnologia, o produtor precisa ter recursos. Precisa de linhas de crédito. Temos 4 milhões de pecuaristas que não têm condições de utilizar o conhecimento em suas propriedades. Sustentabilidade para eles é a 15ª prioridade" **João Gilberto**

Salada de peixe

Aquaponia. O sistema, que associa a produção de peixes e vegetais, foi um dos destaques do 4º Seminário Internacional de Aquicultura, Maricultura e Pesca, durante a Aquafair 2008 (Feira da Aquicultura, Maricultura e Pesca), que aconteceu em maio último em Florianópolis (SC). Trata-se de um processo proveniente da hidroponia orgânica (que utiliza excrementos animais e detritos vegetais decompostos por microorganismos). Por meio dessa técnica, dejetos de peixe são transformados em sais orgânicos e inorgânicos por microorganismos em um filtro biológico. Os sais são absorvidos pelas plantas, substituindo produtos sintéticos, como adubos químicos. "A produção vegetal paga todos os custos de produção do pescado e ainda gera uma sobra. A venda do pescado é, então, lucro líquido somado à receita da produção vegetal", explica Manuel dos Santos Pires Braz Filho, zootecnista e vice-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Organismos Aquáticos (Abracoa).

TRIGO GAÚCHO

O Rio Grande do Sul deve colher este ano 1,787 milhão de toneladas de trigo, quase 4% a mais que na safra passada, segundo dados da Emater. A área cultivada com trigo, de 950,1 mil hectares, cresceu 11,86% em comparação à de 2006. A produtividade esperada é de 1.881 quilos por hectare.

Francisco Mariconi

Morreu no dia 11 de maio, aos 82 anos, o professor Francisco de Assis Menezes Mariconi, aos 82 anos. Pesquisador do Instituto Biológico, Mariconi trabalhou vários anos na Esalq/USP. Escreveu o primeiro livro sobre entomologia agrícola no Brasil, além de outros cinco livros. Foi um dos primeiros fitossanitaristas no País e um dos pioneiros no ensino da disciplina.

Safra gorda



A safra 2008 de café foi estimada em 45,544 milhões de sacas de 60 kg (34,7 milhões de arábica e 10,8 milhões de robusta), com aumento de 35% em relação à temporada 2007. Os números foram apresentados pela Conab.



CONE DO SILÊNCIO O governador paulista José Serra e o secretário João Sampaio, da Agricultura, conversam na cabine de uma colheitadeira durante a Agrishow 2008, em Ribeirão Preto, onde o governo do estado anunciou medidas de apoio aos pequenos agricultores.

FERTILIZANTES

25 milhões de t

é a estimativa do MAPA para o consumo interno de fertilizantes em 2018, que, aos preços atuais, vai gerar um custo de

US\$ 15 bilhões

ao Brasil por safra, valor pouco inferior ao da balança comercial do agronegócio em 2009, prevista em US\$ 18 bilhões.

Cooperativas I

Desempenho exportador em expansão

Evaristo Marzabal Neves¹Gabriel Rausch²Otávio Augusto Bueno da Fonseca³

ESTA DÉCADA tem sido um marco importante para o reconhecimento e a valorização das cooperativas brasileiras, clara evidência de que a “união faz a força”. É sobejamente conhecido que, salvo raras exceções, o produtor atuando de forma isolada está alijado do mercado. Sua união em cooperativas, associações e *pools* oferece oportunidades e facilidades no mercado doméstico como no internacional.

Tanto à montante como à jusante de sua cadeia de produção, o produtor depara com estruturas oligopolistas para a compra de insumos e outras oligopsonistas na venda de seus produtos. Seu poder de negociação é aumentado, pois na compra de insumos pode operar com economias de escala, com a aquisição de grandes volumes feita por preços mais competitivos e menores.

No lado da venda pode alcançar preço melhor pela maior oferta de produtos por meio das cooperativas. Quando expande seus negócios para as atividades de industrialização e processamento, agregam valor à produção agropecuária. As cooperativas, associações e outras formas de organização exercem um esforço compartilhado de equipe, de modo a otimizar custos de produção e de comercialização de seus associados.

Como resultado da modernização, assiste-se ao crescimento das cooperativas em termos de divisas carreadas e de volume exportado de produtos da agropecuária brasileira.

Estatísticas recentes de exportações das cooperativas brasileiras, coletadas na Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior evidenciam esse crescimento.

Brasil: valor das exportações das cooperativas (US\$ mil)

Ano	Valor US\$	Ano	Valor US\$
1998	984.601,1	2003	1.303.839,5
1999	992.193,9	2004	2.002.601,8
2000	762.623,0	2005	2.253.819,0
2001	1.134.292,1	2006	2.832.891,5
2002	1.089.901,9	2007	3.301.212,0

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

Previsões da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) sinalizam para 2010 que as exportações das cooperativas do agronegócio brasileiro alcançarão US\$ 4,27 bilhões e em 2030 chegarão aos US\$ 19,12 bilhões.

Em 2007, 185 cooperativas carream US\$ 3,30 bilhões com as exportações de seus produtos, um aumento de 16,5% sobre 2006. Em volume físico, no mesmo período, o salto foi de 7,84%.

Brasil: volume exportado pelas cooperativas (toneladas)

Ano	Volume
2003	5.340.517,5
2004	7.193.102,9
2005	6.516.056,6
2006	7.527.961,1
2007	8.118.009,1

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

Maiores exportações

Os destaques ficam para os produtos dos setores sucroalcooleiro, de grãos, carnes e café. Os anos de bons preços dos grãos no mercado posicionaram a soja como carro-

chefe das exportações, superada pelo açúcar a partir de 2005. Isso levou o estado de São Paulo ao primeiro lugar em 2005.

Forte reação do complexo soja e no milho ocorreu em 2007, com tendência de manutenção para 2008, em função dos bons preços vigentes. As vendas externas de grãos de soja ficaram em segundo lugar, as de milho em oitavo e o óleo de soja em décimo. Foram superados os recordes alcançados em 2004 pela soja, em 2006 pelo milho e, em 2003, pelo óleo de soja.

Dos dez produtos mais exportados, somente o açúcar não-bruto (primeiro lugar) e o álcool (quarto lugar) registraram queda na captação de divisas, em função da retração dos preços no mercado internacional em 2007. Por sua vez, o açúcar bruto de cana (sétimo lugar em 2007), as carnes (frango em terceiro lugar e suína em nono), o café (quinto lugar) e o milho (oitavo lugar) alcançaram valores superiores aos obtidos em 2006.

O desempenho individual de alguns produtos em termos de vendas para o exterior mostra que o açúcar (carro-chefe das exportações em 2007) apresentou grande evolução a partir de 2004 e retração de 2006 para 2007, devido, entre outras causas, à queda de seus preços no mercado internacional no ano passado. No mesmo sentido, o álcool etílico de cana, de 2005 para 2006, obteve uma elevada taxa de crescimento e uma retração de 2006 para 2007.

O complexo soja, que liderava até 2004, apresentou forte retração no grão exportado em 2005, com um crescimento em 2006. O farelo de soja decresceu em 2005 e 2006, mas voltou a crescer em 2007. A queda nos preços internacionais a partir

Brasil: principais produtos exportados pelas cooperativas (US\$ mil)

Produto	2003	2004	2005	2006	2007
Outros Açúcares de Cana, Beterraba, Sacarose	241,348	266,527	426,924	689,622	599,000
Outros Grãos de Soja, mesmo Triturados	267,963	413,711	296,264	353,642	495,056
Pedaços Comestíveis de Galos/Galinhas Congelados	120,034	185,448	267,282	252,065	347,341
Álcool Etilico Não-Desnaturado (Teor Alcoólico > ou = 80%)	17,9110	113,808	180,269	367,542	321,170
Café Não-Torrado e Não-Descafeinado em Grão	82,665	133,708	202,604	206,096	274,554
Bagaços e Resíduos Sólidos da Ext. de Óleo de Soja	214,153	351,028	263,993	174,747	250,190
Açúcar de Cana em Bruto	15,689	30,688	90,849	110,751	162,356
Milho em Grão, Exceto para Semeadura	72,886	86,665	17,968	128,725	144,123
Outras Carnes de Suínos Congeladas	42,491	88,580	138,580	113,074	135,291
Óleo de Soja em Bruto, mesmo Degomado	91,931	72,377	60,120	81,763	101,552

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

de 2004, mais a seca no Sul e a maior incidência da ferrugem da soja e o maior endividamento dos produtores foram causas do menor desempenho exportador.

Em 2007, a demanda aquecida, puxada principalmente pela China, a redução no *carryover* (estoques de passagem bem reduzidos), e a retração na produção americana devido ao avanço da área com milho para produção de etanol, foram fatores que alavancaram os preços do complexo soja a partir de 2006.

Cooperativas: principais estados exportadores

Até 2004, as cooperativas do Paraná lideravam em termos de captação de divisas. Isso se deveu ao bom desempenho alcançado pelos grãos e cereais no mercado internacional. Posteriormente, a reversão do mercado internacional retirou do Paraná o 1º lugar e posicionou São Paulo na liderança a partir de 2005.

O primeiro lugar do estado paulista foi obtido pelas exportações crescentes do setor sucroalcooleiro, principalmente. Em 2006, as exportações paulistas do produto representaram quase 40% do total exportado pelas cooperativas.

Em 2007, a participação relativa de São Paulo decresce para 32,5%. Enquanto isso as cooperativas do Paraná superam pela primeira vez a barreira do US\$ 1 bilhão e superam o seu recorde de 2004. Nesse ano, as cooperativas paranaenses carregaram divisas próximas dos 50% (49,54%) do total exportado pelas cooperativas brasileiras.

Brasil: principais estados exportadores das cooperativas (US\$ milhão FOB)

Estado	2003	2004	2005	2006	2007
São Paulo	279,420	412,690	761,585	1.118,010	1.073,090
Paraná	663,743	992,211	682,798	852,886	1.052,910
Minas Gerais	75,474	124,001	196,355	209,942	356,984
Santa Catarina	94,755	119,925	280,281	196,177	251,225
Rio Grande do Sul	95,287	220,655	73,996	143,972	248,892
Mato Grosso do Sul	33,358	30,527	17,411	79,302	89,475
Goiás	36,419	55,663	88,056	90,743	70,149
Mato Grosso	7,764	18,361	98,974	59,052	61,492
Pernambuco	0,439	2,126	16,467	18,493	31,354
Tocantins	3,701	9,349	7,721	35,699	28,802

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

Brasil: participação dos estados nas exportações de cooperativas (%)

Estado	2003	2004	2005	2006	2007
São Paulo	21,43%	20,61%	33,79%	39,47%	32,51%
Paraná	50,91%	49,54%	30,30%	30,11%	31,89%
Minas Gerais	5,79%	6,19%	8,71%	7,41%	10,81%
Santa Catarina	7,27%	5,99%	12,44%	6,93%	7,61%
Rio Grande do Sul	7,31%	11,02%	3,28%	5,08%	7,54%
Mato Grosso do Sul	2,56%	1,52%	0,77%	2,80%	2,71%
Goiás	2,79%	2,78%	3,91%	3,20%	2,12%
Mato Grosso	0,60%	0,92%	4,39%	2,08%	1,86%
Pernambuco	0,03%	0,11%	0,73%	0,65%	0,95%
Tocantins	0,28%	0,47%	0,34%	1,26%	0,87%

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

As cooperativas de Minas Gerais (principalmente de café) também apresentaram uma evolução em termos de divisas carregadas. Outros estados com maiores

vendas para o exterior são os de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

As cooperativas de cinco estados (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Cata-

Brasil: exportações das cooperativas por países de destino (US\$ milhão)

Mercado de Destino	2003	2004	2005	2006	2007
Holanda	76,594	108,824	199,226	204,308	355,724
China	156,460	328,400	183,170	215,977	292,846
Alemanha	177,866	200,376	237,959	180,935	272,612
Emirados Árabes Unidos	110,373	131,406	126,573	280,410	241,656
Estados Unidos	16,710	67,115	61,191	318,203	184,143
Rússia	64,342	93,197	174,123	161,906	180,067
Japão	65,659	101,523	149,718	117,454	166,082
Arábia Saudita	20,059	18,928	95,399	124,626	160,197
Espanha	46,671	72,636	34,011	85,373	140,873
Hong Kong	21,796	28,384	40,464	66,317	99,899

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

Brasil: participação dos principais países de destino nas exportações das cooperativas

Mercado de Destino	2003	2004	2005	2006	2007
Holanda	5,87%	5,43%	8,84%	7,21%	10,78%
China	12,00%	16,40%	8,13%	7,62%	8,87%
Alemanha	13,64%	10,01%	10,56%	6,39%	8,26%
Emirados Árabes Unidos	8,47%	6,56%	5,62%	9,90%	7,32%
Estados Unidos	1,28%	3,35%	2,71%	11,23%	5,58%
Rússia	4,93%	4,65%	7,73%	5,72%	5,45%
Japão	5,04%	5,07%	6,64%	4,15%	5,03%
Arábia Saudita	1,54%	0,95%	4,23%	4,40%	4,85%
Espanha	3,58%	3,63%	1,51%	3,01%	4,27%
Hong Kong	1,67%	1,42%	1,80%	2,34%	3,03%

Fonte: Secex/MDIC, março 2008

rina e Rio Grande do Sul) representaram 90,36% em 2007 e 89,0% em 2006 do total das divisas carreadas pelas cooperativas brasileiras. Os outros 10% ficaram para Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Tocantins, que registram crescimento em termos absolutos, quando comparados aos anos anteriores, principalmente Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

Países importadores

A Alemanha e a China alternavam-se na liderança das importações de produtos provenientes de cooperativas brasileiras de 2003 a 2005. Em 2006, ambas foram superadas pelos EUA, devido principalmente às importações de álcool originado em São Paulo. A queda nos preços internacionais do etanol e mais a crise

americana que se estabeleceu no segundo semestre provocaram a perda da posição em 2007. A Holanda ficou em primeiro lugar, com 10,78% do total de divisas carreadas. Em 2007, os EUA caem para quinto lugar com uma retração de 42,1% das importações em 2006 e 5,58% em 2007.

A Holanda apresentou um crescimento contínuo. Teve um salto em 2004 de 42,1%), em 2005 de 83,1%, em 2006 de 2,6%) e em 2007 de 74,1% sobre 2006. No período de 2003 a 2007, o percentual acumulado foi de 364,4%.

No comparativo 2006-2007, a China permaneceu no segundo lugar em termos de importações brasileiras, com um crescimento de 35,6% em 2007. Por sua vez, a Alemanha foi do quarto lugar em 2006 para o terceiro em 2007, com um cresci-

mento de 50,7% nas aquisições de produtos brasileiros.

Entre os cinco maiores países importadores de produtos, chama atenção os Emirados Árabes Unidos, que saltou 118,9% no quinquênio, mas apresentou uma retração de 13,8% no comparativo a 2006. Os cinco maiores importadores de produtos das cooperativas brasileiras representaram 40,81% do total de vendas.

Entre os dez maiores países importadores, somente os EUA e os Emirados Árabes Unidos apresentaram queda em 2007 nas compras de produtos brasileiros enquanto que os outros oito tiveram maiores gastos, na ordem: Holanda (primeiro lugar), China (segundo), Alemanha (terceiro), Rússia (sexto), Japão (sétimo), Arábia Saudita (oitavo), Espanha (nono) e Hong Kong (décimo).

Os dez principais países de destino das exportações das cooperativas brasileiras representaram 63,44%, de um total de 145 países que importaram produtos das cooperativas do País.

Numa associação entre os produtos demandados das cooperativas e países importadores, pode-se inferir que China, Países Baixos e Espanha predominaram nas compras de soja em grão; Japão, Arábia Saudita e Hong Kong nas carnes de frango; Rússia e Hong Kong nas carnes bovina e suína; Alemanha, EUA e Itália no café em grão, e Espanha e Alemanha em milho.

Considerações finais

É forte a expectativa de que novo recorde nas exportações das cooperativas brasileiras será batido em 2008. Espera-se que os preços médios internacionais dos principais produtos vendidos, principalmente do complexo soja, do setor sucroalcooleiro, de carnes, café e milho, permaneçam firmes ao longo do exercício, acrescidos ainda da expectativa de maior volume físico de vendas para o mercado externo. ■

1 Professor Titular Esalq/USP.
e-mail: emneves@esalq.usp.br

2 Acadêmico de Engenharia Agrônoma/Esalq.
e-mail: rauschea@gmail.com

3 Acadêmico de Engenharia. Agrônoma./Esalq.
e-mail: tavinhu@hotmail.com

Cooperativas II

Cooperativa de citricultores

Davi R. de Moura Costa¹
Felippe C. Serigati²

A CITRICULTURA brasileira é uma das cadeias mais importantes do agronegócio nacional, com destaque mundial tanto na produção de cítricos quanto na exportação de suco concentrado, sendo São Paulo o principal estado produtor. No entanto, a recorrente ausência de “alinhamento de interesses” entre os produtores e as indústrias exportadoras de suco quanto à negociação do preço pago pela caixa de laranja tem mobilizado recursos e custosas articulações políticas para ambas as partes.

Como já foi diagnosticada por trabalhos acadêmicos e julgamentos do Sistema de Defesa da Concorrência, a cadeia produtiva da laranja tem características que permitem às indústrias exportadoras realizar práticas anticompetitivas com os produtores. Dentre outras, ressalta-se que os ativos envolvidos na relação contratual entre as esmagadoras e os fornecedores são de alta especificidade, ou seja, os equipamentos da indústria e os pés de

laranja dos produtores servirão somente para essa atividade e ambos perdem caso o contrato não seja realizado.

Porém, a posição do produtor no contrato é mais delicada, pois o reduzido número de compradores para o seu produto e a especificidade dos ativos envolvidos no processo de produção conferem maior poder de barganha para a indústria na negociação de preços.

Uma solução que já tem sido discutida para a situação é a formação de uma mesa de entendimentos para a definição dos preços da laranja. Algo nos moldes de um “Consecitrus”, a exemplo do que ocorreu no setor canavieiro que estabeleceu o Consecana.

De forma não excludente à mesa de entendimentos expõe-se aqui mais uma solução aos produtores citrícolas paulistas: agir de forma estratégica por meio da cooperação para estabelecer um canal de acesso ao mercado para o suco de laranja concentrado. Portanto, a proposta avança no sentido

de criar uma cooperativa ou associação que não se limite apenas a comercializar as caixas de laranja do cooperado.

A proposta consiste na criação de cooperativas regionais no estado de São Paulo para captar e industrializar as laranjas dos produtores associados e de uma central para comercializar o suco de laranja produzido pelas unidades industriais cooperativadas. Porém, sugere-se que estas sejam constituídas seguindo os moldes das Cooperativas de Nova Geração – NGCs.

As NGCs surgiram nos EUA durante a crise agrícola dos anos 1980, e hoje já são cerca de 5% do total de cooperativas existentes naquele país.

Nesse modelo de cooperativa o quadro de associados é menor e tem interesses mais homogêneos, o que permite agilidade no processo de tomadas de decisão e maior foco na atividade econômica desenvolvida. Além disso, como o cooperado participa da capitalização da cooperativa proporcionalmente ao que irá usar da sua estrutura industrial, ele se torna efetivamente proprietário da organização criada e exige uma taxa de retorno do investimento realizado, gerando maiores incentivos para a profissionalização e o monitoramento do desempenho dos gestores. A gestão dessas organizações é realizada por profissionais competentes, remunerados de forma adequada e cobrados para gerar resultados aos associados, seja por meio de preços, seja por meio da distribuição dos resultados (sobras).

Crê-se que os produtores de laranja paulistas têm, pelo seu perfil profissional, condições de criar uma estrutura nos moldes apresentados acima para poder fazer frente à estrutura concentrada das esmagadoras e, a partir daí, criarem um canal alternativo de acesso ao mercado, principalmente o externo. Com isso os conflitos dentro da cadeia poderiam ser menores e com maior margem de lucro para os produtores. ■

NGCs x Cooperativas tradicionais

Características	NGCs	Cooperativas Tradicionais
Associados	Número limitado de produtores com interesses homogêneos	Número ilimitado de produtores com interesses diversos
Capital	Remuneração até o limite da lei	Raramente remunerado até o limite da lei
Sobras	Distribuídas ao cooperado ou adicionadas ao seu capital social	Raramente distribuídas ou adicionadas em fundos indivisíveis
Relação da cooperativa com o cooperado	Regida por contrato – direito de entregar o produto na cooperativa	Regida pelo estatuto – dever da entregar o produto na cooperativa
Monitoramento da Administração	Maior – cooperado tem mais incentivo	Menor – cooperado tem menor incentivo
Administração	Profissionais contratados	Cooperados eleitos
Tomada de decisão	Rápida com menor custo	Lenta com maior custo
Capacidade de investimento	Maior – via cooperados	Menor – via mercado de crédito

¹ Doutorando em Economia de Empresa EESP/FGV
drmcosta@gmail.br

² Mestrando em Economia de Empresa EESP/FGV
felippe.serigati@gmail.com

Safr 2007/08

Ano de alerta

OS ESTADOS Unidos devem fechar a safra 2008/09 com estoques de milho e de soja em níveis críticos. No caso do milho, os volumes seriam suficientes para apenas meio mês de consumo, enquanto na soja, para apenas um mês. Os números são do USDA.

No período chamado de mercado de clima nos EUA, de meados de junho até início de agosto, os negócios com grãos estarão sensivelmente nervosos. O risco climático dará o ritmo da volatilidade dos preços. Será uma fase importante para a definição do abastecimento alimentar do ano.

Ainda que a área plantada com grãos avance sobre áreas de preservação ambiental, mesmo com estimativas de produtividade próximas a números recordes, o patamar dos estoques norte-americanos merecerá preocupação.

O USDA espera produtividade elevada:

- Na soja, de 47,2 sacas por hectare, a terceira maior da história e bem acima da média de 44,2 sacas dos últimos dez anos;
- No milho, de 162 sacas por hectare, acima da média histórica de 148,9 sacas.

Como o líder mundial na produção de soja e de milho apresenta um balanço de oferta e demanda extremamente apertado, a América do Sul, centrada no Brasil e Argentina, ganha importância nesse cenário.

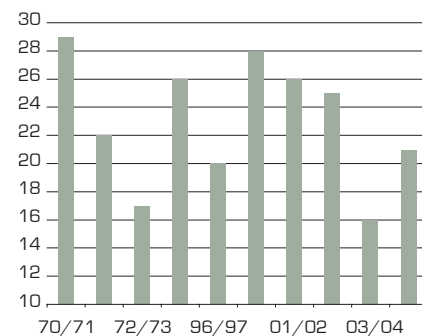
A soja norte-americana, depois de dois anos seguidos de queda de área, passou a ser mais atrativa e deve incorporar 4,6 milhões de hectares no plantio, que sobe para 30,3 milhões, 18% acima do regis-

trado no ano passado. Essa recuperação se deve a fatores como:

- Aumento dos preços;
- Rotação de culturas para elevar a produtividade;
- Elevados custos do milho, por causa do uso de fertilizantes nitrogenados.

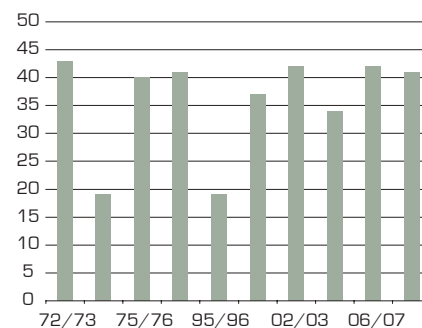
O grande perdedor no novo mapa do plantio norte-americano é o algodão. Nos últimos dois anos, o produto perdeu 37% de área, ou seja, 3,5 milhões de hectares. A área de trigo se recupera e vai a 24,4 milhões de hectares. A área de girassol sobe 4,1%, mas a de sorgo recua 4%.

EUA: estoques baixos no milho (milhões t)



Consumo em dias do estoque nos EUA Fonte: USDA

EUA: estoques baixos na soja (milhões t)



Consumo em dias do estoque nos EUA Fonte: USDA

Áreas ambientais entram na produção

O Programa de Conservação e Reserva (CPR) dos Estados Unidos estimulam os produtores a deixarem áreas ociosas para fins de proteção ambiental. O CPR é o maior programa privado de uso da terra no país, com o envolvimento de 17,0 milhões de hectares.

A adesão ao programa é voluntária. Os produtores elegem as áreas para ficarem ociosas por meio da formulação de contratos de dez a 15 anos com a Farm Service Agency. Em contrapartida, eles recebem rendimentos anuais da Commodity Credit Corp de modo a manejarem a cobertura vegetal e controlarem a erosão do solo, a conservação de mananciais e a qualidade do ar, para melhorar o *habitat* rural.

Nos últimos vinte anos, desde quando o CRP foi criado, segundo o Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA), a erosão do solo tem sido reduzida em 450 toneladas por ano. No período aumentou a população em áreas predominadas pela natureza. Aves selvagens reapareceram no Texas e proliferam na Costa Oeste.

Com o aumento do consumo pela população, e a disputa por matéria-prima para produção de biocombustíveis, o preço dos alimentos aqueceu e atingiu níveis recordes. Ao mesmo tempo, os produtores estão preocupados com a trajetória ascendente dos custos de produção.

Na busca de receita, muitos deles estudam deixar os contratos de CRP expirarem para agregar mais terra à área plantada. Isso é motivo de preocupação por parte dos ambientalistas, pois significa menor capacidade de proteção ambiental. Neste ano, uma área de cerca de 1 milhão de hectares não estará sendo renovada.

O USDA projeta um corte de 7,6 milhões de toneladas nos embarques dos EUA. O milho destinado à produção de álcool deve ficar próximo de 104 milhões de toneladas (30% acima que no ano anterior), enquanto o que vai para a produção de ração recua de 151,1 milhões, em 2007, para 137,2 milhões. O produto sofre a pressão de demanda e o seu consumo será definido pelo mercado, na acirrada disputa dos setores de quatro Fs: *fuel* (combustível), *fiber* (fibra), *feed* (ração) e *food* (alimento).

Se o preço do milho continuar a subir, muitas usinas de álcool diminuirão o ritmo de produção de etanol. A meta de consumo neste ano é de 34 bilhões de litros nos Estados Unidos. Se as usinas não produzirem o suficiente, principalmente devido aos preços, os EUA deverão importar mais do Brasil. Em ano eleitoral, imaginar mudança na Energy Bill, a lei que regula o setor, fica fora de cogitação. ■

Farm Bill

Veto difícil para o presidente Bush

DESDE O começo de 2007 a elaboração da Farm Bill na versão 2008 a 2012 entrou na agenda do Congresso dos Estados Unidos. Em julho, a Câmara dos Representantes aprovou uma primeira proposta. O projeto aprovado não era a última palavra do Congresso americano sobre o assunto. Depois, o Senado aprovou no final do ano uma nova versão da Lei Agrícola que disciplina os controversos subsídios recebidos pelos fazendeiros americanos.

Uma Comissão Mista formado por parlamentares do Senado e da Câmara dos

Representantes foi montada para conciliar os dois projetos em um texto único. O documento, além da sua importância interna para o país, terá sua interpretação no processo multilateral de abertura comercial na Organização Mundial do Comércio, da quase agonizante Rodada Doha. Os legisladores norte-americanos darão ao mundo as suas sensibilidades com relação a estimular um novo acordo.

A proposta destina US\$ 286 bilhões para diversos programas de apoio à agricultura nos próximos cinco anos e mantém o grosso dos subsídios essencialmente como estão na forma corrente. A medida não tem justificativa. Com aumento nos preços de seus produtos, a renda líquida da agricultura para este ano ficará em 51% acima da média dos últimos dez anos.

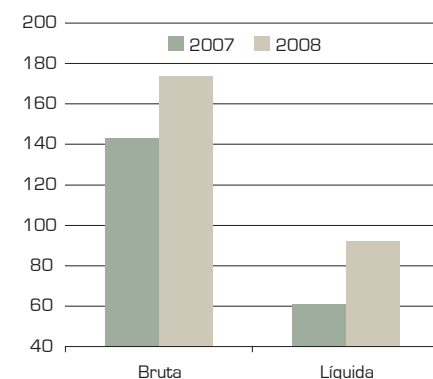
Os subsídios disciplinados pela Lei Agrícola beneficiam principalmente produtores de milho, soja, trigo, arroz, algodão, açúcar e laticínios. Agora foram criados novos programas para produtores de verduras e frutas. O número de *commodities* beneficiadas passou de 15 para 17. Os subsídios para as culturas aumentam justamente quando suas receitas sobem. Há também incentivos para o desenvolvimento de combustíveis de origem renovável como o etanol celulósico, cuja produção não é viável comercialmente.

O Congresso concorda com um incremento no orçamento corrente de US\$ 596 bilhões na Farm Bill ao longo dos próximos dez anos. Os aumentos nos gastos propostos correspondem a um aumento de US\$ 10 bilhões bancados pelo contribuinte, sendo:

- US\$ 4,5 bilhões pelo maior prazo dado na concessão dos pagamentos ao produtor;
- US\$ 4,0 bilhões para compensar cortes nos fundos de programas como os de desastres climáticos e de doenças;
- US\$ 1,4 bilhão devido às novas provisões.

Resultado de meses de negociações no Congresso, a nova lei é uma exibição de força dos congressistas que defendem os interesses do setor agrícola. Externamen-

EUA: renda da agricultura (US\$ bilhões)



Fonte: USDA

te, fica clara a demonstração da falta de disposição dos EUA para promover reformas e ajudar os fazendeiros americanos a competir em melhores condições no mercado internacional.

O presidente George Bush deverá vetar a lei se forem mantidos alguns dispositivos, que levarão a um aumento de impostos destinado a financiar a concessão de novos subsídios.

O Executivo sugeriu um limite menor na renda, de US\$ 200 mil por ano, para efeito de recebimento de subsídios pelo produtor. O Congresso foi bem mais generoso e propôs o limite de US\$ 1,5 bilhão quando envolver o casal de produtores e de US\$ 500 mil para os produtores com dedicação integral à atividade.

Um caso extremo é o da cana-de-açúcar. O seu preço suporte proposto é o dobro do preço mundial. A intervenção do governo poderá alcançar 85% do consumo doméstico. Outra proposta indecorosa é de concessão de subsídios quando o preço ficar abaixo de 10% da média dos últimos dois anos e meio. O impedimento do uso dos estoques para atendimento de urgência também não faz sentido.

Existem mais exemplos. Ao contrário da expectativa de uma reforma adequada na Farm Bill, infelizmente, assiste-se a um movimento oposto. Em ano de eleição presidencial tudo fica complicado. A distância entre a proposta apresentada e a realidade ficou bem maior que seria razoável supor. ■

Cadeia sucroalcooleira I

Caminho de recordes

A UNICA anunciou as estimativas das safras na Região Centro-Sul – onde se concentram 86% da produção nacional – do triênio 2007 a 2009. O volume de cana moída apresenta um crescimento espetacular no período, de 30%.

O levantamento da Unica utiliza a metodologia e a fonte de dados de renomadas instituições de pesquisa. O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) realiza um levantamento da área de cana-de-açúcar na região por meio de imagens de satélite. Isso permite avaliar a evolução da área cultivada com cana e o crescimento da colheita de cana crua.

As informações sobre qualidade, produção e produtividade das unidades produtoras resultam do Pampa (Programa de Acompanhamento Mensal de Performance Agrícola) e do CTC (Centro de

Tecnologia Canavieira). Na safra passada, responsáveis por 66% da produção de cana-de-açúcar na Região Centro-Sul, 149 usinas participaram desse programa de *benchmarking*.

O Centro de Tecnologia de Cana também desenvolveu o Censo Varietal, a maior pesquisa sobre variedades de cana no Brasil. Esse trabalho é realizado há 28 anos, e no período de 2007/2008 recebeu informações de 277 unidades produtoras. Para obter dados confiáveis e precisos, a Unica envia questionários às usinas e realiza visitas nas novas unidades, além de coletar informações com as entidades estaduais do setor.

As comparações entre as temporadas 2008/09 e 2006/07 oferecem uma boa dimensão da do ritmo intenso de expansão verificado no setor em período tão curto:

- A produção de açúcar chegará a 28,6 milhões de toneladas, 11% acima do registrado em 2006/07, de 25,8 milhões;
- O álcool anidro atingirá 7,65 bilhões de litros, 9% a mais em relação aos 7,10 bilhões de litros produzidos em 2006/07;
- O aumento do álcool hidratado será de 27%, chegando a 16,6 bilhões de litros. Na safra 2006/07 esse volume foi de 9,0 bilhões de litros.

A produção total de álcool deverá atingir 24,3 bilhões de litros, um crescimento de 46% em relação aos 13,1 bilhões de litros registrados na safra 2006/07. O *mix* de produção será de 42% de açúcar e 58% de álcool. Há dois anos era de 44% e 56%.

Em relação à comercialização externa, o volume de etanol exportado será 21% superior ao da safra 2006/07, atingindo 3,9 bilhões de litros. Os Estados Unidos, via embarques diretos ou Caribe, junto com a Europa, devem responder por boa parte do aumento nas exportações. Já as exportações de açúcar terão um incremento de 15%, chegando a 18,9 milhões de toneladas, e os principais mercados serão Rússia, Arábia Saudita e Emirados Árabes.

Mesmo frente às críticas infundadas e campanhas negativas contra a longa experiência de energia limpa e renovável já consolidada pelo Brasil, o etanol brasileiro deve ampliar sua posição competitiva no mercado externo,

A partir da safra 2008/09, 32 novas usinas entram em operação na Região Centro-Sul, das quais 13 em São Paulo, dez em Goiás, quatro em Minas Gerais, quatro em Mato Grosso do Sul e uma no Paraná. Desde 2005, 84 novas usinas entraram em produção na Região Centro-Sul, incluindo as novas usinas que iniciam suas atividades nesta safra.

Assim, o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar assume uma importância crescente na economia brasileira, na geração de empregos, abertura de novos mercados e traz ganhos ambientais para a sociedade.

A mecanização da colheita também demonstra a evolução tecnológica do setor.

Região Centro-Sul: números da produção sucroalcooleira

Item	2006/07 [1]	2007/08 [2]	2008/9 [3]	[2]/[1]	[3]/[2]
Moagem (milhões de toneladas)	372,8	431,2	498,1	16%	16%
Produção					
Açúcar (milhões de toneladas)	25,8	26,2	28,6	2%	9%
Álcool anidro (bilhões de litros)	7,1	7,2	7,6	1%	6%
Álcool hidratado (bilhões de litros)	9,0	13,1	16,6	46%	27%
Álcool total (bilhões de litros)	16,1	20,3	24,3	26%	20%
Qualidade de matéria prima					
ATR por tonelada de cana (kg/t)	146,9	144,8	143,8	-1%	-1%
ATR total (milhões de toneladas)	54,8	62,4	71,6	14%	15%
Mix de produção					
Açúcar	49,4%	44,0%	42,0%		
Álcool	50,6%	56,0%	58,0%		
Mercado externo					
Álcool (bilhões de litros)	3,3	3,1	3,9	-6%	26%
Açúcar (milhões de toneladas)	17,0	16,4	18,9	-4%	15%

Fonte: Unica

A expectativa é de que a colheita mecanizada continue crescendo. Na última safra, 47% da colheita de São Paulo já foi mecanizada, contra 34% registrados na safra 2006/07. De um total de 169 usinas, 145 já aderiram voluntariamente ao Protocolo Agroambiental, assinado em 2007 entre a Unica, os fornecedores de cana e o governo de São Paulo. O protocolo antecipa o fim da queima e a introdução da colheita mecanizada em 2014 nas áreas mecanizáveis, e em 2017 nas áreas atualmente não-mecanizáveis. ■

Número de novas unidades por estado

UF	05/06	06/07	07/08	08/09	Total
SP	4	12	11	13	40
GO	2	1	4	10	17
MG	3	2	5	4	14
MS	0	2	1	4	7
PR	0	0	2	1	3
MT	0	2	1	0	3
Total	9	19	24	32	84

Fonte: Unica

Cadeia sucroalcooleira II

Co-geração supera energia hidráulica

O BRASIL precisa aumentar em pelo menos 5% ao ano a oferta de energia. Com a necessidade de investir em outras matrizes, o bagaço de cana-de-açúcar (biomassa) aparece com um grande potencial, ainda inexplorado, para suprir a demanda por energia causada pela expansão econômica do País. A produção de energia elétrica por meio de usinas hidrelétricas enfrenta problemas com a falta de investimentos e o questionamento sobre o impacto ambiental.

Se todo o bagaço resultante da moagem de cana da safra 2007/08 fosse utilizado para a produção de energia elétrica, somente em termos de energia excedente, ou seja, descontado o que a usina necessita para o consumo próprio, haveria uma geração de aproximadamente 8.620 MW de energia elétrica, equivalente à produção das usinas de Itaipu e Itumbiara (GO) juntas (fonte: Gatec).

As indústrias sucroalcooleiras utilizam a co-geração para produzir simultaneamente energia elétrica e calor. A tecnologia está dominada. Com as preocupações em termos de preservação ambiental e a necessidade na diminuição de emissões de gases de efeito estufa, o sistema melhora em termos de eficiência energética.

As 343 usinas instaladas no País geram hoje 3.079 MW por hora, equivalente à produção de uma grande usina hidrelétrica, mas somente 508 MW/h são oferecidos à rede de distribuição elétrica, por meio de 48 unidades interligadas As Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul contam com 33 usinas de cana interligadas à rede de energia elétrica, com oferta de 420,1 MW/h. O Nordeste tem 15 usinas, com 87,9 MW/h.

De todas as novas fontes de energia existentes no País, a proveniente das usinas de cana-de-açúcar responde mais rapidamente aos desafios do desenvolvimento sustentado.

A maioria das usinas ainda utiliza a energia gerada pelo bagaço de cana para consumo próprio. Como ficam auto-suficientes, as unidades deixam de recorrer à energia elétrica oferecida pelas redes públicas.

De acordo com estudo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o modelo mais comum de geração energética inicia-se com a queima do bagaço e a produção de vapor d'água. Parte do vapor é canalizada diretamente para a fabricação de açúcar e álcool e parte faz funcionar a turbina que gira as moendas e alimenta o gerador elétrico.

Quando a caldeira é de alta pressão, e permite obter altas temperaturas em

vapor (em torno de 500 graus centígrados), pode ser destinada à co-geração de energia elétrica que excede em muito o consumo da própria unidade, e pode ser vendida para clientes externos.

A oferta de energia em relação ao total de cana moída ainda é pequena: 20,7% no caso das regiões mais ao Sul, e 31% em relação à Nordeste. Mas, a possibilidade de aproveitamento da energia elétrica pode crescer rapidamente. Para isso, é fundamental dotar as usinas já em funcionamento dos equipamentos necessários, além de interligá-las à rede de distribuição.

Em 2007, a cana-de-açúcar passou a ser, pela primeira vez, a segunda matriz energética do Brasil, superando a energia hidráulica como fonte, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A energia produzida por produtos da cana representou 16%, enquanto que a de origem hidráulica foi de 14,7%. Ela só perde para o petróleo, que representa 36,7% das fontes usadas no País.

O ano passado é apontado como muito importante e simbólico para o setor elétrico no Brasil. Primeiro, em razão de que 70% do crescimento do consumo de energia foram supridos por fontes renováveis. Segundo, porque a cana passou a ser mais importante na matriz energética que a hidráulica. A tendência do avanço do etanol como fonte energética é muito forte. ■

Brasil: participação na matriz energética (%)

Fontes	2007	2006
1. Energia não-renovável	53,6	55,1
Petróleo e derivados	36,7	37,8
Gás natural	9,3	9,6
Carvão mineral e derivados	6,2	6,0
Urânio e derivados	1,4	1,6
2. Energia renovável	46,4	44,9
Hidráulica e eletricidade	14,7	14,8
Lenha e carvão vegetal	12,5	12,7
Produtos de cana-de-açúcar	16,0	14,5
Outras renováveis	3,1	2,9

Fonte: EPE

Argentina I

Novo regime das *retenciones*

AS *RETENCIONES* nas exportações agropecuárias da Argentina fazem parte das práticas de intervenção governamental na atividade primária. É similar às políticas de confisco cambial que o Brasil praticava no café para estimular a industrialização do país.

Os produtores reclamam da sua aplicação, pois deixam de auferir lucros maiores. O governo argumenta que isso não afeta o desempenho econômico nacional.

Desde 2003, a Argentina vive um processo de crescimento econômico e o setor agropecuário mostra uma evolução espetacular no contexto favorável.

Os mecanismos de *retenciones* estabelecidos pelos governos anterior e atual, para os principais cereais e oleaginosas têm o objetivo de:

- Diferenciar o preço local do internacional devido à política cambial de depreciação da moeda, com a ajuda

do Banco Central (o dólar corresponde a 3 pesos);

- Favorecer a industrialização e a abertura de novas empresas, em condições mais competitivas com as estrangeiras, e gerar maiores empregos;
- Arrecadar recursos para subsidiar a agropecuária em 3,5 milhões de pesos neste ano;

A política das *retenciones* consiste, mediante resoluções governamentais, na aplicação de uma *tablita*, com alíquotas diferenciadas conforme a variação dos preços dos grãos no país. Por exemplo, na soja, para um preço de US\$ 550 a tonelada, se aplica um imposto de exportação com alíquota de 46,45%.

Da parte do Estado, além de ser uma alternativa de arrecadação para segurar o câmbio em valores competitivos, o modelo permite:

- Subsidiar as pequenas propriedades e os combustíveis utilizados pelo setor;

Vertente histórica

Dentre as principais razões para aplicação das políticas de imposto nas exportações agropecuárias na Argentina, as chamadas *retenciones*, há de se olhar a perspectiva histórica do tradicional processo político e econômico nacional.

Quando assumiu a Presidência, em 1946, Perón defendia uma economia baseada em uma nova base industrial, ao contrário da tradicional sustentada pela pecuária. Durante a Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945, a Argentina era o principal fornecedor de carne para os países beligerantes.

O modelo consistiria na aplicação de doses suaves de protecionismo para as atividades industriais adquirem competitividade internacional.

Mas, na prática, a opção foi pela industrialização instantânea, e não um processo evolutivo. Protegeu a indústria de imediato, sem exceções e graduações. Sem condições para sustentar os salários da embrionária indústria e do setor público, o campo arcou com ônus de promover o

crescimento geral, por meio das exportações, e garantir o abastecimento interno, com alimentos baratos ante a insuficiência de renda.

E, assim, a prioridade da agricultura deixou de ser exportadora, para atender ao mercado interno. Uma dissimulação diante da falta de competitividade da indústria e do enorme peso do Estado burocrático. Porém, graças a um avanço tecnológico notável, a própria economia rural tratou de engordar a vaca que se estava ordenhando.

Nas décadas de 1960 e 1970, apesar de sofrerem oscilação, as *retenciones* ficaram em torno de 15%. No final dos anos 1980, no governo de Raul Alfonsín, ficaram entre 30% a 40%.

Em 2002, no governo de Eduardo Duhalde, foi retomada a aplicação dos impostos sobre a exportação de produtos agrícolas, depois de um intervalo de 11 anos. As alíquotas incidentes sobre as vendas externas de grãos, oleaginosas e seus derivados variavam de 20% a 23,5%.

O presidente Kirchner manteve a políti-

ca de alimentos baratos como solução da falta de renda urbana, apesar de advertir sobre a necessidade de manter a saúde e o superávit nas contas públicas. Em 2007, em ano de eleição, com os gastos inflados, o apetite das *retenciones* recrudescer para aliviar os precários orçamentos das provinciais, cada vez mais dependentes do Estado.

Passada a eleição, já no governo de Cristina Kirchner, as *retenciones* nas exportações de grãos e carnes sofreram fortes aumentos. A medida não foi uma surpresa. Nas campanhas da eleição presidencial de 28 de outubro de 2007, a intenção era manifestada nos comícios públicos.

As *retenciones* nas exportações de soja, por exemplo, subiram de 27,5% para 35%. Um aumento aparente de 7,5%. Mas, se a forma de cálculo for pela relação de 35,0% sobre 27,5%, o incremento é de 27%. O mesmo procedimento se aplica às variações menores de trigo, milho e girassol, com extensão às farinhas e aos óleos.

Desempenho entre 200/03 a 2006/07**1. Crescimento médio anual de:**

- Área: 15% em geral, 28% na soja e 16% no milho;
- Produção: 45% no milho; 37% na soja e 18% no trigo;

2. Vendas de máquinas: expansão de 439%;**3. Duplicação e triplicação dos preços dos produtos;****4. Duplicação do arrendamento do campo.**

- Montar um Fundo de Compensação para o Setor Leiteiro, para garantir um preço acessível ao consumidor;
- Subvencionar os serviços públicos, principalmente em transporte e energia;
- Investir em infraestrutura para dar sustentação ao crescimento econômico.

Tablita das *retenciones*

Preço FOB [US\$/ tonelada]	Alíquotas de Retenção em %			
	Soja	Trigo	Girassol	Milho
150	23,50	20,00	23,50	20,00
250	26,40	22,40	24,60	30,20
350	32,57	27,43	27,29	47,90
450	39,80	35,44	31,56	-
550	46,45	43,36	37,82	-
650	52,85	50,08	45,31	-

Fonte: Ministério da Economia e Produção da Argentina

Segundo estudos do Ministério da Economia e Produção da Argentina, com a conjuntura de crescimento nos preços das *commodities*, se as retenções forem abolidas, o impacto sobre os preços seriam imediatos e contundentes: os dos óleos de soja e girassol triplicariam, o do leite cresceria em 25%, a carne bovina aumentaria 60% e a de ave 50%.

É um verdadeiro dilema. Sem as *retenciones* no petróleo e os subsídios nos combustíveis, os preços teriam de acompanhar os valores praticados nos países vizinhos. O Brasil e o Uruguai praticamente duplicaram em dólares os preços dos combustíveis em período recente, enquanto na Argentina a elevação foi de

5%. O impacto da liberação dos preços do combustível sobre a estrutura de custos e sobre a economia seria nefasto, com a duplicação dos seus valores.

Em 2007, a arrecadação fiscal com as *retenciones* somou US\$ 4,5 milhões. Neste ano, o valor pode saltar para US\$ 7,4 milhões, um aumento de 78%. ■

Argentina II

Por que o *lockout* agropecuário?

AS QUATRO associações patronais do setor agropecuário da Argentina - a Confederação Rural Argentina (CRA), a Sociedade Rural Argentina (SRA), a Federação Agrária Argentina (FAA) e a Confederação Intercooperativa Agropecuária (Coniagro) - estão unidas em exigências comuns e em bloqueios sistemáticos de estradas, para impedir a chegada de alimentos aos grandes centros consumidores urbanos.

O movimento começou após o governo anunciar, em 11 de março último, um novo regime para a aplicação do imposto de exportações, as chamadas *retenciones*.

No calor dos protestos patronais do setor rural, vieram as manifestações urbanas de “panelaços”, nos bairros de Buenos Aires. Para o governo, o desafio é aprimorar e tomar medidas para fortalecer a estrutura produtiva da Argentina.

Para amenizar a situação, Cristina Kirchner autorizou, no final de março, a devolução automática das *retenciones* para os agricultores com produções inferiores a 500 toneladas (entre 200 e 300 hectares de área). Haverá também subsídio para o frete para as produções com distância acima de 400 quilômetros dos portos. A medida beneficia 62 mil pequenos e médios produtores de soja.

O pacote ainda permite:

- Concessão de créditos do banco estatal com condições flexíveis de pagamento;
- Incentivos à produção de leite e pecuária, ambas em quedas nos últimos anos.

A presidente insiste que “os impostos às exportações [*retenciones*] evitam que os preços internos disparem, diante do forte aumento dos preços internacionais das *commodities*”. Ela explica também o

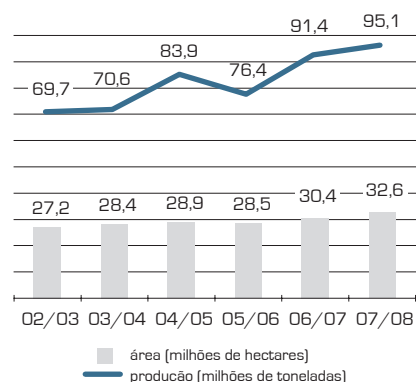
O avanço da soja

Pelo Censo Agropecuário de 2002, aproximadamente 936 proprietários rurais possuíam 35,5 milhões de hectares (quase toda a superfície que está sendo cultivada), com uma área média de 38 mil hectares cada um. Cerca de 6.900 proprietários detêm 49,7% da superfície cultivável e produtiva do país. Na outra ponta, 137 mil agricultores possuem milhões de hectares, com uma média de 16,7 hectares cada um.

Em 1966, o país contava com 600.000 produtores agropecuários. Hoje, restam somente 330.000 explorações. As crises econômicas esvaziaram o campo. São 310.000 trabalhadores registrados, com rendimento médio mensal de 1.200 pesos (US\$ 400), enquanto outros 700.000 são trabalhadores informais e sem emprego estável.

Na safra 2004/05, os proprietários da região do pampa, receberam como renda pelo aluguel da terra, cerca de US\$ 3 bilhões, equivalentes a 9 bilhões de pesos. Os argentinos chamam de *sojização* da agricultura do país, com redução das outras atividades. Um hectare na zona da soja das províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé ou Entre Ríos é vendido por valores de US\$ 15 mil a US\$ 20 mil e alugado por cerca de US\$ 600. Para citar um exemplo, quando o proprietário da terra arrenda 300 hectares, recebe uma renda (sem investir nem arriscar) de US\$ 180 mil por ciclo de soja.

Argentina: produção de grãos



Fonte: SAGPSA

resultado do “boom conjuntural”, com mais de 30 milhões de hectares cultiváveis no país. Oficialmente, a inflação, medida pelo índice de preços ao consumidor do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), foi de 8,5% em 2007.

Os dirigentes das quatro entidades, que esperavam do governo a suspensão por 90 dias na resolução das *retenciones*, consideraram insuficientes as medidas. Diante desse impasse, para habilitar as negociações entre as entidades do campo e o governo, em 2 de abril, foi estabelecido um pacto entre as partes, e os produtores aceitaram suspender a greve comercial por um mês.

No mês de maio, um acordo para retomar as exportações de carnes e trigo, abriu as portas para uma possível extensão da trégua na greve comercial do campo. O governo aceitou:

- Reabrir as exportações de trigo, a princípio de 100 mil toneladas com destino ao Brasil, até que se estabeleça qual é o saldo exportável;
- Liberar as exportações de carne bovina e aumentar a cota permitida, passando de 500 mil para 550 mil toneladas anuais. A cada 15 dias haverá uma reunião do setor para monitorar o andamento do acordo e encontrar soluções que visem a aumentar a oferta de carne no país, que consome 70 quilos anuais por habitante. O objetivo é desenvolver uma política para o setor

Essas decisões amenizam um pouco os protestos, mas ainda falta uma política agropecuária integral e de reequilíbrio. O

crescimento da plantação de soja, da qual 95% vão para exportação, é apontado como prejudicial a outros grãos. A demanda externa encarece os preços e torna insuficiente a oferta dos produtos no mercado interno.

O governo de Cristina Kirchner não terá descanso nos próximos meses. Desde meados do governo de Nestor Kirchner, quando o governo privilegiou o

mercado doméstico, os produtos argentinos típicos para exportação foram substituídos pelos do Brasil, Paraguai e Uruguai. Por isso, o protesto dos produtores rurais contra o aumento de tributos sobre exportações de grãos, não é um acontecimento repentino. ■

Argentina: produção e área de grãos

Produtos	Área em milhões de ha			Produção em milhões de t		
	2006/07	2007/08	Var. (%)	2006/07	2007/08	Var. (%)
1. Oleaginosas						
Soja	16.141	16.600	2,8	45.500	47.200	3,7
Girassol	2.381	2.660	11,7	3.500	4.700	34,3
Amendoim	216	230	6,5	500	600	20,0
Linho	29	13	-55,2	34	13	-61,8
Colza	10	14	40	11	21	90,9
Cártamo	76	44	-42,1	58	33	-43,1
Sub-total (1)	18.853	19.561	3,7	49.603	52.567	6,0
2. Cereais						
Trigo	5.675	5.685	0,2	14.600	15.400	5,5
Cevada cerejeira	339	436	28,6	1.266	1.460	15,3
Aveia	1.067	1.822	70,7	243	489	101,2
Milho	3.570	4.000	11,7	21.800	20.600	-5,5
Arroz	168	185	10,1	1.075	1.260	17,2
Sorgo granífero	700	830	18,6	2.795	3.300	18,1
Outros	77	80	139,9	54	58	2
Sub-total (2)	11.596	13.038	3,8	41.823	42.567	1,8
Total (1) + (2)	30.449	32.599	7,1	91.426	95.134	1,0

Fonte: SAGPSA

Mas a produção cresce...

Mesmo com as *retenciones*, a agricultura apresenta ritmo de expansão na Argentina. Esse é um sinal claro de que o campo está conseguindo se capitalizar e investir mais em cada uma das safras recentes.

Se não fosse o apagão energético do ano passado, a safra 2007/08 excederia os 100 milhões de toneladas. A produção de diesel e fertilizantes teve racionamentos. Com uma ocupação de 50% da área plantada, a soja, apesar de ser a grande vedete, é alvo de intensas críticas. A sojicultura é apontada como a principal razão dos esvaziamentos nos outros tipos de explorações.

O Programa Nacional de Biocombustível mostra resultados positivos. Em 2007, foram exportados 319 mil toneladas de biodiesel, responsáveis pela arrecadação de US\$ 260 milhões. O preço médio anual foi de US\$ 840 a tonelada. Três quartos dos embarques foram para os Estados Unidos e um quarto para a União Européia.

Existem oito empresas aprovadas para produzir biodiesel voltadas para exportação, com capacidade de produção de 600 mil toneladas anuais. Até final de 2008, o número deve saltar para 1,5 milhão de toneladas.

PROPOSIÇÕES PARA O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2008/09



SUMÁRIO



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

1. Apresentação.....	19	5. Zoneamento agrícola	
2. Crédito para custeio, investimento e comercialização	20	de risco climático.....	24
3. Programas de investimento	21	6. Políticas por cultura	24
4. Seguro rural.....	23	7. Políticas de incentivo.....	26
		8. Políticas regionais	27

1. APRESENTAÇÃO

O cenário atual da agropecuária brasileira é de desafios:

- Superar a crise de renda;
- Renegociar o passivo acumulado por diversas safras;
- Reinvestir e crescer para atender à demanda de um mercado de estoques escassos;
- Consumo em expansão e preocupação com os níveis dos preços agrícolas.

O quadro é reforçado pelo paradoxo da renda agrícola, em que se elevam os preços dos produtos mas a rentabilidade do setor não melhora. Para auxiliar na discussão, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com o apoio das Federações da Agricultura e

das Organizações das Cooperativas estaduais, reuniram produtores rurais e cooperativas de seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo para discutir o Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

Os resultados dos *workshops*, de maneira resumida, foram organizados em documento entregue pela CNA e a OCB ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O momento é considerado de oportunidade rara para retomada mais consistente do ritmo de crescimento do setor.

As proposições representam um avanço em relação às políticas vigentes, mas não substituem os programas que registram bom desempenho. Mesmo assim, é importante ressaltar que o aumento da produção agropecuária depende, ainda, de outros fatores, como marcos regulatórios, infra-estrutura e meio ambiente.

2. CRÉDITO PARA CUSTEIO, INVESTIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

2.1. Acesso ao crédito

A exigência de garantias, cujos valores ultrapassam os das operações contratadas, dificulta e limita o acesso ao crédito rural pelo produtor. Apesar do MCR 2.3.2 estabelecer que as garantias sejam acordadas entre o agente financeiro e o produtor rural, esses não aceitam outras garantias que não sejam as determinadas por eles mesmos. Também deixam de utilizar outras modalidades previstas no MCR, como o penhor rural.

Outro fator restritivo é a fixação de limite de crédito, que é realizado de forma subjetiva. As atuais metodologias de determinação de limites de crédito dificultam o acesso ao produtor que precisa do recurso. Em períodos de frustração de safra, ou de dificuldades de comercialização, a liberação do crédito é limitada e condicionada.

Uma vez concedido o crédito, adotou-se como prática a liberação dos recursos na conta corrente do fornecedor, e não diretamente na do produtor rural, conforme dispõe o Art. 30 da Lei 8.171, de 1991. Tal procedimento limita o poder de negociação do produtor rural e eleva seu custo financeiro, pois ele passa a arcar com o repasse das taxas cobradas do fornecedor pelo agente financeiro.

Proposições:

1. Efetuar o penhor da safra esperada como garantia necessária e suficiente à obtenção do financiamento;
2. Limitar a garantia em 100% do valor financiado;
3. No caso do crédito rural para investimentos, considerar o próprio bem financiado como garantia necessária e suficiente;
4. Transparência e flexibilidade dos critérios para determinação dos limites operacionais de crédito;
5. Determinar que a liberação do crédito seja efetuada diretamente na conta corrente do produtor rural;
6. Criar sistema de informações do crédito rural, com acesso público, para acompanhar a aplicação dos recursos;
7. Criar a modalidade de crédito rotativo;
8. Criar uma linha de custeio de auto-liquidez, que vincule ao instrumento de crédito: seguro contra risco climático, contrato de opção de venda e um Fundo de Proteção ao Crédito Rural;
9. Criar o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural;
10. Coibir operações casadas, a liberação de recursos na conta dos fornecedores, comissões e *flats*;
11. Pulverizar as operações do crédito rural e conceder maior acesso aos bancos cooperativos;
12. Garantir as operações das linhas de crédito, independentemente do tomador ter acessado algum financiamento nos anos anteriores e de ter renegociado suas dívidas;
13. Excluir as restrições a concessão de crédito nas situações de publicação de portarias e resoluções determinando estudos de criação de reservas e de áreas indígenas.

2.2. Volume de recursos

Está delineado um novo cenário para a produção agrícola mundial com a:

1. Redução dos estoques mundiais de alimentos;
2. Perspectiva de demanda crescente de oleaginosas para consumo humano, rações e biocombustíveis;
3. Preocupação do impacto dos preços dos alimentos na inflação.

O Brasil se apresenta como o país com o maior potencial de crescimento, tanto pela capacidade de aproveitamento de áreas, como pela adoção de novas tecnologias. Em termos de potencial de produção e exportação, as expectativas para a próxima safra são positivas.

Cabe observar, no entanto, que há fatores limitantes internos, que variam desde o aumento considerável dos preços dos insumos agropecuários até os problemas estruturais, como as deficiências logísticas e de infra-estrutura.

No curto prazo, as limitações podem ser amenizadas com a maior disponibilidade de recursos do crédito rural. Atualmente, o crédito rural oficial financia apenas 25% da área plantada.

Isso leva os produtores a buscar fontes alternativas de crédito, como a venda antecipada da produção e a contratação de recursos com juros de mercado. Esses fatores acabam contribuindo para a depreciação da rentabilidade da atividade agropecuária.

Assim, o setor propõe a elevação dos volumes de recursos do crédito rural para custeio, investimento e comercialização, conforme os seus princípios básicos. O produtor precisa de recursos suficientes e em tempo oportuno, dentro do calendário agrícola brasileiro.

Proposições:

1. Aumentar a programação de recursos para R\$ 110 bilhões para o financiamento da safra 2008/09;
2. Aumentar de 25% para 30% as exigibilidades bancárias destinadas à aplicação, com taxa de juros prefixada para o crédito rural de custeio e comercialização;
3. Elevar a alocação de recursos do Tesouro Nacional para a equalização dos recursos da poupança rural e dos programas vinculados ao BNDES, de modo a reduzir a taxa de juros efetivamente paga pelo produtor;
4. Autorizar as demais instituições bancárias a aplicar os recursos da poupança rural.

2.3. Redução das taxas de juros do crédito rural

As taxas de juros têm caído, em que pese a recente elevação da taxa de juros básica da economia, pelo Conselho de Política Monetária (Copom). A taxa de juros para o crédito rural, segundo os preceitos da lei agrícola brasileira, deve ser diferenciada e favorecida, para ampliar a produção.

Proposições:

1. Reduzir a taxa de juros do crédito rural para custeio, comercialização e investimentos

Programa	Taxa de Juros [% ao ano]		
	2007/08	2008/09*	Var. [%]
Custeio	6,75	5,0	-25,9
Comercialização	6,75	5,0	-25,9
Proger Rural	6,25	4,5	-28,0
Programas do MAPA/BNDES			
Moderfrota			
• Renda bruta anual até R\$ 250 mil	7,50	5,0	-25,9
• Renda bruta anual acima de R\$ 250 mil	9,50	5,0	-25,9
Demais programas	6,75	5,0	-25,9

* Proposta

2. Conceder bônus de adimplência de 15% para pagamentos efetuados até a data do vencimento;

3. Conceder bônus adicional de 15% quando o produtor comprovar a utilização de seguro rural e *hedge*;

4. Conceder bônus adicional de 15% para os financiamentos das culturas de consumo interno de produtos que integram a cesta básica;

5. Criar dispositivo para ajuste automático das taxas de juros dos contratos vigentes, sempre que houver alterações nas taxas dos respectivos programas de financiamento para investimento.

2.4. Limites de financiamento do crédito rural

Os recentes aumentos dos insumos agropecuários, em especial dos fertilizantes, indicam que os custos de produção serão, pelo menos, 18% superiores ao orçamento da safra 2007/08.

Proposições:

1. Ampliar os limites de crédito:

Cultura	2007/08	2008/09*	Var. %
Algodão	500	650	30
Amendoim	300	400	33
Arroz de sequeiro	300	400	33
Arroz irrigado	450	600	33
Aveia	100	200	100
Café	200	270	35
Cana-de-açúcar	200	300	50
Cevada	100	300	200
Feijão sequeiro	300	400	33
Feijão irrigado	450	600	33
Fruticultura	300	400	33
Mandioca	300	400	33
Milho	450	600	33
Soja	300	400	33
Sorgo sequeiro	300	400	33
Sorgo irrigado	450	600	33
Trigo sequeiro	300	400	33
Trigo irrigado	450	600	33
Pecuária bovina e bubalina	150	200	33
Avicultura e suinocultura não integradas	150	200	33
Avicultura em regime de integração	20	26	30
Suínos e perus, regime de integração	30	40	33
Investimentos, demais custeios e comercialização	100	150	50

2. Elevar o limite por beneficiário para aquisição antecipada de insumos para R\$ 200 mil;

3. Incluir a soja no rol de produtos beneficiados pelo EGF, ao amparo de recursos obrigatórios beneficiadores e cooperativas de produtores rurais que beneficiem ou industrializem o produto;

4. Estender o prazo de desconto de Duplicata Rural e Nota Promissória Rural para 240 dias (cooperativas);

5. Elevar em 15% os limites de crédito quando o produtor comprovar a prática de plantio direto, rastreabilidade, *hedge* ou integração lavoura-pecuária.

3. PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

3.1. Redução dos *spreads* e extinção da taxa *flat* nos programas agropecuários, amparados com recursos do BNDES

Atualmente, os programas de investimento amparados por recursos do BNDES têm *spreads* de até 6% ao ano, que elevam os custos financeiros do produtor rural. Também é cobrada do fornecedor, no Programa Moderfrota, uma taxa *flat* de 4%, cujo custo é repassado ao produtor.

A redução dos *spreads* desses programas reflete diretamente na composição da taxa de juros real paga pelos produtores rurais, melhorando a atratividade das linhas de crédito.

Proposições:

1. Reduzir os *spreads* dos programas do BNDES direcionados à agropecuária aos níveis praticados internacionalmente;

2. Extinguir a taxa *flat* cobrada dos fornecedores e pagas indiretamente pelos produtores rurais, no Programa Moderfrota.

3. Criar programa de financiamento de projetos e de infraestrutura de mecanismos de desenvolvimento limpo.

3.2. Programação de recursos para investimentos e limites de crédito

As expectativas de oferta e demanda agrícola mundiais traçam um cenário de expansão da produção primária. Para tanto, são necessários investimentos, tanto na ampliação do potencial produtivo como na reposição de máquinas e implementos, depreciados em função da recente crise de renda do setor.

Deve-se observar que, em período recente, as boas perspectivas de crescimento trouxeram a elevação dos itens financiáveis pelos programas do BNDES, em médias superiores aos preços recebidos pelos produtores.

Os bancos de fábrica, que repassam recursos dos programas do BNDES, também administram esses recursos em uma dinâ-

mica exclusiva de mercado, ignorando os princípios e os objetivos do crédito rural.

Assim, torna-se imprescindível a criação de mecanismos de controle e avaliação permanente dos preços dos itens financiáveis, de modo que o aumento dos volumes disponibilizados não sejam indutores do aumento desses preços.

Proposições:

1. Ampliar a programação de recursos e limites de crédito conforme tabela abaixo;

2. Elevar o percentual de financiamento de 90% para 100% do valor do item financiado;

3. Ampliar o prazo de carência de um para dois anos e o prazo de pagamento para oito ou 12 anos, dependendo do retorno do equipamento;

4. Implementar leilão reverso para o financiamento de máquinas e equipamentos com recursos do BNDES.

5. Demais propostas:

a. Moderfrota:

- Ampliar o prazo de pagamento do Moderfrota de quatro a seis anos para oito anos;

b. Moderinfra:

- Financiar a reforma e a construção de moradias rurais;
- Financiar a construção de armazéns na área urbana.

c. Prodecoop:

- Ampliar o limite para R\$ 70 milhões na mesma UF;
- Enquadrar os equipamentos usados como itens financiáveis;
- Alterar o sistema de amortização, tirando a sobrecarga nos períodos iniciais, tornando-o mais bem distribuído ao longo da operação;
- Elevar o percentual financiável de 90% para 100% do valor do item financiado;

- Incluir como itens financiáveis caminhões, reboques e semi-reboques;

- Financiar a instalação e a modernização de unidades industriais para a produção de café torrado, solúvel e de bebida superior, incluindo equipamentos de benefício e rebenefício.

d. Moderagro:

- Permitir o repasse de calcário por cooperativas aos associados, nos moldes do Prosolo;
- Incluir o financiamento de caminhões, reboques e semi-reboques para produtores rurais.

e. Propflora:

- Aumentar o prazo de pagamento de 12 para 15 anos, com carência até a época do primeiro corte.

- f. BNDES automático:

- Estabelecer juros fixos para as operações de crédito.

g. Áreas Degradadas:

Incentivar o acesso a linhas de recuperação de área degradadas e integração lavoura-pecuária, por meio do rebate nas taxas de juros, no aumento de limites de crédito e na ampliação dos prazos para amortização

3.3. Novos programas de investimentos

3.3.1. Programa de Capitalização das Cooperativas Brasileiras

Da mesma forma que o Procapcred, o Procapagro visa ao financiamento para integralização de cotas-partes aos associados de cooperativas, para promover o fortalecimento e o desenvolvimento sustentado do cooperativismo brasileiro. Além do mais, permitirá o incremento da produtividade, qualidade e competitividade dos bens e serviços dos cooperados e de suas cooperativas.

Recursos e limites de crédito

Programa	Programação (R\$ mil)			Limite de crédito por operação (R\$ mil)		
	2007/08	Proposta 2008/09	Var %	2007/08	Proposta 2008/09	Var %
Moderagro	1.850	2.500	35,0	600	800	33,3
Moderinfra	500	1.000	100,0	1.000	1.500	50,0
Prodecoop	450	1.200	167,7	-	-	-
Investimento	35.000	70.000	100,0			
Capital de giro	7.000	10.000	42,8			
Propflora	200	200	-	150	200	33,3
Moderfrota	3.000	5.000	66,7	90/100	100	-
Prolaptec	200	200	-	300	300	-
Proger	2.200	5.000	127,3	100	150	50,0
Finame Agr.Esp.	200	200	-	-	-	-
Fundos constits	2.500	3.000	20,0	-	-	-
BNDES automático	10.000	25.000	150,0	-	-	-

Esse programa terá impactos positivos na geração de empregos e renda no campo e nas cidades do interior do Brasil. Proporcionará o desenvolvimento de projetos de interesse do quadro social, com consequências positivas para as comunidades nas áreas econômica e social, bem como a melhoria das condições de vida dos cooperados e de seus parentes.

O Procapagro vem a atender uma deficiência presente no setor cooperativista, que é a falta de capitalização dos associados e de suas cooperativas para implementar novos investimentos e novos negócios. Diferentemente de uma empresa S/A – no caso das cooperativas –, não há possibilidade de captação de recursos via lançamento de ações negociadas em bolsas de valores. A capitalização das cooperativas via financiamento de cotas-partes impulsionará o crescimento sustentado do setor.

O Procapcred foi criado pela Resolução no 3.346, de 08/02/2006, com restrição no item de beneficiários, impedindo que as cooperativas de crédito formadas por servidores públicos utilizem o recurso do programa. Mas há a necessidade de ampliar o patrimônio líquido e comum das cooperativas.

Proposições:

1. Criar o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – Procapagro;
2. Ampliar o Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito – Procapcred - para as cooperativas de servidores públicos.

3.3.2. Programa de Adequação Produtiva às Normas Ambientais

A rápida implantação das normas ambientais não foi acompanhada de programas para adequar a produção primária a essa nova realidade. Enquanto em países como os Estados Unidos se paga cerca de US\$114.00 por hectare/ano para a conservação, no Brasil os produtores são obrigados a manter área de reserva legal de até 80%, assumindo o ônus exclusivo da preservação.

Proposições:

1. Instituir programa de financiamento para adequação de propriedades rurais às normas ambientais, financiando a recuperação das áreas de preservação permanente e de áreas de reserva legal, barragens e tratamento de dejetos para produtores rurais e cooperativas;
2. Elaborar os estudos necessários e propor medidas para a regulamentação da compensação ambiental, conforme previsto na Lei 9.9985/2000, para os empreendimentos agropecuários;
3. Contemplar, nos financiamentos, os valores referentes à compensação ambiental (Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC) e o licenciamento ambiental;
4. Criar programa para recuperação de área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) a fundo perdido.

4. SEGURO RURAL

A aplicação dos recursos para subvenção do seguro rural vem apresentando bom desempenho nos últimos anos. Contudo, a área segurada, e ainda exígua diante da totalidade da área plantada brasileira, mas há necessidade de ampliação.

Para atender às necessidades do setor agropecuário, é imprescindível a implementação de outras modalidades de seguro rural, como o seguro de renda esperada. Também é preciso operacionalizar o seguro de CPR, criado pela Circular Susep 248, em 2004.

A efetiva operação da Lei Complementar 126, que promove a abertura do mercado de resseguros, é outro fator importante ao desenvolvimento do seguro rural no Brasil.

Permanece, no entanto, a grande assimetria entre informação e a distância de interesses entre produtores rurais e seguradoras.

Proposições:

1. Ampliar para R\$ 400 milhões os recursos destinados à subvenção do seguro rural, elevando-se as subvenções do prêmio para:

Modalidade	Atividade	% da subvenção		
		2007/08	2008/09*	Var. [%]
Agrícola	feijão, milho 2ª safra e trigo	60	75	25
	algodão, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, milho, soja, trigo e triticale	50	65	30
	maça, uva	40	50	25
	abacaxi, alface, alho, ameixa, amendoim, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, caqui, cebola, cenoura, couve-flor, figo, girassol, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, morango, nectarina, pepino, pêra, pêssego, pimentão, repolho, tomate e vagem	30	50	66,7
Pecuário		30	50	66,7
Florestal		30	50	66,7
Aquícola		30	50	66,7

* Proposta

2. Elevar o teto máximo da subvenção de R\$ 32 mil para R\$ 50 mil;
3. Rever os atuais parâmetros de produtividade adotados pelas seguradoras para fins de cálculo de cobertura do seguro rural;
4. Extinguir a obrigatoriedade da contratação do seguro obrigatório pelo frete (penhor rural);
5. Extinguir a obrigatoriedade da concessão de crédito rural vinculada à contratação do seguro;
6. Criação de um grupo técnico sobre seguro rural, com a participação de representantes de produtores e cooperativas, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento e propor políticas para a sua universalização.
7. Proagro:

- Revogar a Resolução 3.544, de 2008, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a revogação dos dispositivos aplicáveis no enquadramento e na indenização de empreendimentos conduzidos com uso da técnica de plantio direto no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
- Elevar o limite de cobertura de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil;
- Eliminar a exigência de prazo mínimo estabelecido entre duas contratações;
- Estabelecer prazo máximo a ser cumprido para a apreciação e retorno dos pedidos de contratação e/ou sinistros.

5. ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO

Atualmente, o zoneamento agrícola é executado por empresa terceirizada e publicado por meio de portarias do MAPA. Às vezes, é necessária a intervenção do setor para alteração dessas portarias, o que acontece por solicitação dos sindicatos e federações.

Proposições:

1. Criar conselhos gestores estaduais para acompanhar os trabalhos de execução do zoneamento agrícola, com o objetivo de dar transparência e agilizar a definição dos municípios e culturas estabelecidos no zoneamento;
2. Proceder à revisão do zoneamento agrícola, com a inclusão de novas regiões, culturas, calendário e tecnologias, para atender à necessidade do setor, possibilitando o acesso ao crédito e viabilizando o seguro rural;
3. Melhorar a qualidade dos dados estatísticos sobre a produção agrícola regional mediante a definição das áreas homogêneas de produção, edafoclimáticas e georeferenciadas;
4. Instalar estações automáticas e radares meteorológicos em número mínimo necessário e distribuição espacial adequada para o levantamento correto dos riscos climáticos;
5. Realizar levantamento das áreas por cultura por meio de

sensoriamento remoto e levantamento de safra por imagem de satélite;

6. Prorrogar, por mais uma safra, a Portaria 3.544, que estabeleceu o zoneamento da cultura da soja no Rio Grande do Sul.

6. POLÍTICAS POR CULTURA

6.1. Agricultura

6.1.1. Programa de Garantia de Preços Mínimos

Apesar dos preços praticados no mercado apresentarem recuperação no período recente, é preciso sinalizar ao produtor rural, em especial nos produtos cujos preços reflitam diretamente as oscilações do mercado interno, que haverá a disponibilidade de recursos para intervenção no mercado, caso os preços praticados atinjam patamares inferiores aos custos de produção.

Proposições

1. Corrigir os preços mínimos das culturas amparadas pelo Programa de Garantia de Preços Mínimos, de forma a cobrir os custos operacionais efetivos de cada cultura;
2. Alocar recursos para a sustentação dos preços no mercado, por meio dos instrumentos Pep, Pepro, Prop, Contratos de Opções de Venda e AGF, discutidos e definidos juntamente com os produtores das respectivas culturas.

6.1.2. Programa de Desenvolvimento da Triticultura Brasileira

O Brasil tem total dependência do mercado externo de trigo, ante a queda da produção doméstica, seja por perdas geradas por intercorrências climáticas, seja pela queda de área plantada ocasionada pela perda de rentabilidade da cultura.

O cenário de comercialização traz indicadores positivos, como mercado mundial aquecido, estoques mundiais baixos e preços em recuperação. Mas, são fatores insuficientes para garantir o interesse do produtor em realizar o plantio da cultura.

Proposições:

1. Estabelecer um programa para alcançar a auto-suficiência na produção de trigo, fundamentando-se no aporte de recursos para financiamento e comercialização da produção;
2. Dotar recursos e incentivos, por meio da Embrapa, as pesquisas de cultivares de trigo no Brasil;
3. Recriar o Cetrin.

6.2. Pecuária

6.2.1. Bovinocultura de corte

A rentabilidade da bovinocultura de corte tem apresentado queda, apesar dos aumentos observados recentemente nos preços praticados no mercado. Nos últimos cinco anos, os custos totais de produção aumentaram 63%, influenciados pela elevação das despesas com mão-de-obra, suplementos minerais, máquinas e implementos. Somente o fosfato bicálcico registrou aumento de 162% no período de outubro de 2007 a abril de 2008. O preço da arroba do boi gordo subiu 27%, que é insuficiente para cobrir a elevação dos custos no período.

Proposições:

1. Custeio pecuário:

- Manter o adicional de 15% para produtores que utilizam sistemas de rastreabilidade;
- Instituir adicional de 15% para terminação de animais em padrão novilho precoce (cumulativo com o adicional para rastreabilidade). Requisito: inscrição do produtor rural no programa estadual de novilho precoce.

2. Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro)

- Ampliar o financiamento para reposição de matrizes bovinas e bubalinas no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), com limite de crédito de R\$ 150 mil por beneficiário e de até R\$ 3 mil por animal;

3. Criar linha de crédito de custeio para sistema de confinamento, com as seguintes condições operacionais:

- Limite de financiamento de R\$ 200 mil por operação;
- Período de contratação de abril a outubro;
- Taxa de juros: são as mesmas estabelecidas para o custeio de safra;
- Prazo de pagamento em seis meses, direto do montante ao final do período

6.2.2. Bovinocultura de leite

Não obstante a recuperação de preços ocorrida no ano de 2007, justificada pelo crescimento do consumo interno e a ampliação das exportações, o aumento do custo de produção é um fator limitador à competitividade da cadeia leiteira.

De outubro de 2007 a janeiro de 2008 os preços das rações subiram 21%. Esse insumo representa 64,4% dos gastos dos produtores com a alimentação do rebanho leiteiro. Outro fator que desequilibrou o planejamento de custos do produtor no início de 2008 foi o reajuste dos preços do sal mineral, que praticamente dobraram desde novembro do ano passado, aumentando de R\$ 25,00 R\$ 50,00 a saca.

Em relação às exportações, a valorização do real é uma limitante à ampliação do crescimento. O valor médio por litro recebido pelos produtores é baixo na moeda nacional, mas a sua alta cotação em dólar (US\$ 0,41) impede a ampliação da participação brasileira no exterior.

Proposições:

1. Operacionalizar linha de crédito permanente de concessão de financiamento para retenção de fêmeas ou matrizes leiteiras bovinas melhoradas geneticamente, estabelecendo limite de até R\$ 150 mil por tomador e de até R\$ 1.500,00 por animal, independentemente de outros financiamentos controlados pelo crédito rural. A proposta visa a reduzir a burocracia na tomada de crédito, utilizando os animais da propriedade como objeto de penhor;

2. Ampliar o limite de financiamento para Empréstimo do Governo Federal (EGF). Liberar R\$ 500 milhões para Empréstimo do Governo Federal (EGF) e elevar o preço mínimo de R\$ 0,40 para R\$ 0,47;

6.2.3. Carcinicultura

A carcinicultura é uma atividade desenvolvida nas Regiões Nordeste e Sul, sendo responsável pela geração de emprego e renda em pequenas propriedades rurais. Os problemas sanitários reduziram a produtividade do setor e, somados às dificuldades de comercialização em função da apreciação do real, diminuíram a rentabilidade da criação.

Recentemente, as enchentes danificaram os viveiros e os laboratórios de pós-larvas, gerando perda total da produção. Para a recuperação da atividade, são necessários o aporte de tecnologia, visando a melhorar a produtividade, assim como incentivos à pesquisa e implementação de programa de sanidade.

Proposições:

1. Criar, com a participação dos produtores, Seap e Dnocs, um programa para a recuperação da carcinicultura;

2. Criar um Programa Nacional de Sanidade Aquícola, com o objetivo de controlar e erradicar as doenças que atacam o camarão.

6.2.4. Equideocultura

O rebanho equino brasileiro, estimado hoje em 5,9 milhões de cabeças, é o terceiro maior do mundo e movimenta cerca de R\$ 7,5 bilhões ao ano, gerando 3,2 milhões de empregos. Embora seja uma atividade desenvolvida essencialmente no meio rural, amparada pelo crédito rural conforme o MCR 3.2.16 e 3.3, os agentes financeiros não têm operacionalizado a disposição.

Proposições:

1. Expedir carta circular do Conselho Monetário Nacional (CMN) aos agentes financeiros, explicitando a condição da equideocultura como item financiável nos programas de custeio e de investimento do crédito rural, cujos recursos são equalizados pelo Tesouro Nacional;
2. Estabelecer para a atividade os mesmos limites de crédito da pecuária bovina de corte destinado ao custeio pecuário.

7. POLÍTICAS DE INCENTIVO

7.1. Uso de sementes legais

A utilização de sementes ilegais ou piratas e de material de reprodução para uso próprio causa:

- Perdas na produtividade;
- Disseminação de pragas e doenças;
- Infestação de plantas invasoras na propriedade;
- Perda de qualidade do grão;
- Redução de receita pela queda de produtividade;
- Comprometimento das demais tecnologias;
- Degeneração de variedades.

A produção de sementes certificadas no Brasil tem como fator limitante o crescente uso de sementes produzidas à margem do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, o que poderá comprometer não só o rendimento dentro da propriedade, mas também desestruturar a pesquisa agrícola nacional.

Proposições:

1. Implementar, a título de incentivo à pesquisa e ao uso de tecnologia, um adicional de 15% sobre os limites de financiamento para custeio e comercialização nos casos em que o produtor rural comprovar a aquisição de sementes C1 – certificada de primeira geração, C2 – certificada de segunda geração, semente S1 e semente S2, por meio de notas fiscais de compra, quando da contratação de financiamento agrícola.

7.2. Responsabilidade ambiental

É preciso incentivar o investimento em ações de geração de ativos ambientais e recuperação de áreas degradadas, investimentos em projetos que proporcionem retorno sobre o investimento, adicionais de renda e diferenciais competitivos aos produtores rurais e cooperativas.

Proposições:

1. Implementar bônus sobre as taxas de juros do crédito rural de 15% para produtores rurais e cooperativas que investirem em projetos de bioenergia, integração lavoura e pecuária e créditos de carbono;
2. Criar programa de financiamento de projetos e infra-estrutura de mecanismos de desenvolvimento limpo.

8. POLÍTICAS REGIONAIS

8.1. Política de Desenvolvimento da Agropecuária do Nordeste

A Região Nordeste tem potencial de expansão da produção agropecuária, em especial a agricultura irrigada, fruticultura, criação de pequenos animais, bovinocultura de leite e a produção de oleaginosas para biodiesel, dentre outros.

Também há disponibilidades de recursos no Banco do Nordeste, que tem dificuldades de aplicá-los devido à ausência de uma política de desenvolvimento da região. A construção e implementação dessa política contribui para a elevação da oferta de alimentos no mercado interno, nesse momento de escassez. Isso possibilitou o desenvolvimento econômico e social da região, de maneira sustentável.

Proposições:

1. Criar, com a participação dos produtores, do Ministério da Integração Nacional, das agências de desenvolvimento, como Codevasf, BNB e Dnocs, um Programa de Desenvolvimento da Agropecuária da Região Nordeste.

Proposições:

1. Operacionalizar linha de crédito permanente de concessão de financiamento para retenção de fêmeas ou matrizes leiteiras bovinas melhoradas geneticamente, estabelecendo limite de até R\$ 150 mil por tomador e de até R\$ 1.500,00 por animal, independente de outros financiamentos controlados pelo crédito rural. A proposta visa reduzir a burocracia na tomada de crédito, utilizando os animais da propriedade como objeto de penhor;
2. Ampliar o limite de financiamento para Empréstimo do Governo Federal (EGF) – Liberar R\$ 500 milhões para Empréstimo do Governo Federal (EGF) e elevar o preço mínimo de R\$ 0,40 para R\$ 0,47.

Segurança alimentar

Fertilizantes e alimentos

COM AS reformas de mercado, e a revolução verde atrasada em países emergentes da Ásia, a dieta da população melhora e as safras ficam mais exuberantes. Já a febre do etanol no Meio-Oeste dos Estados Unidos aquece o pujante mercado rural do país. Esses acontecimentos fazem com que o emprego de adubos químicos cresça rapidamente em escala mundial.

Nessa tendência, os preços de alguns fertilizantes multiplicam-se e dificultam a sua aquisição pelos agricultores. Essa é uma das variáveis apontadas para o aumento dos preços dos alimentos. Mas existem outras explicações, como:

- O desvio das grandes aplicações dos *hedged funds* em ativos reais como as *commodities* minerais, agrícolas e o petróleo, dentre outros;
- A menor disponibilidade relativa dos recursos naturais para atender a uma quantidade de consumidores que não pára de crescer.

A disparada dos preços do petróleo no mercado internacional gera mais incerteza na crise de alimentos no mundo. Seu reflexo mais forte acontece na escalada dos custos de produção da agricultura, entre os quais estão os preços dos fertilizantes. Até mesmo os defensivos são afetados, pois algumas de suas matérias-primas são oriundas da nafta, que é um derivado do petróleo.

O Programa de Alimentação da Organização das Nações Unidas alerta para o risco iminente de desnutrição de dezenas de milhões de indivíduos pobres. No Continente Africano, onde a questão da fome é mais dramática, os planos

Brasil: relação de troca entre fertilizantes e produto agrícola

Produto	Unidade	2005	2006	2007	2008 *
Algodão em caroço	arroba 15 kg	42,1	39,7	47,2	58,8
Arroz em casca	saca 60 kg	22,8	22,3	24,9	30,1
Batata inglesa	saca 60 kg	11,4	11,4	13,8	15,2
Café arabica	saca 60 kg	2,7	2,6	3,0	3,5
Cana de açúcar	tonelada	21,9	15,9	19,8	30,4
Feijão	saca 60 kg	7,1	7,0	7,7	4,7
Laranja	caixa 40,8 kg	65,2	48	59,7	56,7
Milho	saca 60 kg	40,1	39,3	37,9	38,4
Soja	saca 60 kg	18,6	20,0	20,6	20,2
Trigo	saca 60 kg	30,7	28,9	26,5	28,1

Fonte: ANDA. * Projeção

Consumo de fertilizantes (milhões de toneladas)

País	1990	1995	2000	2006	2007
China	27,1	33,5	34,4	47,7	51,7
Índia	12,5	13,9	16,7	20,1	23,5
EUA	18,4	20,1	18,7	19,5	20,8
Brasil	3,2	4,3	6,6	8,9	10,4
Paquistão	1,8	2,2	3,0	3,9	3,8
França	5,7	4,9	4,1	3,7	3,6
Mundo	137,4	129,4	136,7	157,3	170,3

Fonte: IFA

Participação no consumo de fertilizantes (%)

País	1990	1995	2000	2006	2007
Brasil	2%	3%	5%	6%	6%
China	20%	26%	25%	30%	30%
Índia	9%	11%	12%	13%	14%
EUA	13%	16%	14%	12%	12%

Fonte: IFA

para aumento das safras estão em risco. A escassez de fertilizantes é uma das razões crônicas para o atraso da região em relação ao resto do mundo. Na Índia, o aumento no preço dos fertilizantes subsidiados aqueceu as reivindicações em prol de reformas na política agrícola. O subsídio poderá chegar a US\$ 22 bilhões neste ano, contra US\$ 4 bilhões três anos atrás.

Até mesmo a rica região produtora de grãos do Meio-Oeste dos Estados Unidos se recente com a escassez repentina de fertilizante. A comercialização do insumo está praticamente racionalizada para evitar uma falta generalizada. Quem diria que a antiga prática de distribuir esterco de animais voltaria a ser adotada em tempos atuais. Como possuem baixo teor de nutrientes, é necessário movimentar grandes volumes do produto.

Grande parte do crescimento da produção global de alimentos nos últimos sessenta anos veio do uso mais intensivo de fertilizantes. O insumo faz parte dos

pacotes tecnológicos que possibilitaram incrementos notáveis na produtividade agropecuária.

Como fator de produção, o fertilizante é parte fundamental da composição e dos nutrientes aplicados no terreno para favorecer o crescimento das plantas. Seus elementos mais importantes são nitrogênio, fósforo e potássio. O primeiro ajuda no desenvolvimento vegetativo da planta, o segundo no fortalecimento da sua raiz e o terceiro na sua maturação.

Provenientes de minas, o fósforo e o potássio extraídos há séculos. Com a sua obtenção a partir do gás natural, desde o começo do século 20, possibilitou-se uma forma de o nitrogênio ser absorvido pelas plantas. Isso resultou em safras bem mais cheias.

Em termos mundiais, a demanda por fertilizantes expandiu-se em média 31% de 1996 a 2008. O motor desse crescimento foi a aceleração do consumo em 56% nos países em desenvolvimento, segundo

a Associação Internacional da Indústria de Fertilizantes.

Em contrapartida, no último quinquênio, a disponibilidade de adubo químico ficou mais apertada. O maior poder aquisitivo da população teve efeito direto no aumento do consumo e dos preços dos alimentos. Isso constitui a receita certa para estimular os agricultores a plantar nas mais diversas regiões. A extração dos nutrientes básicos das jazidas e a sua distribuição para as fábricas no âmbito global ocorreram em ritmo bem menor.

De 2000 a 2006, a China ampliou o emprego de fertilizantes em dois terços. Isso corresponde a um volume gigantesco. Em termos de quantidade, é praticamente o dobro do realizado pelo Brasil e quase o mesmo número de uso do maior produtor de alimentos do mundo, os EUA. A continuidade do processo é preocupante. Apesar de representar 6% do consumo global, essa situação também deixa o agronegócio brasileiro em posição deli-

Como fica o Brasil

Com o desafio de ser o celeiro do mundo, o agronegócio brasileiro defronta-se com questões ligadas à competitividade, como, por exemplo, a valorização do câmbio, a infraestrutura e a tributação. A trajetória ascendente dos preços de fertilizantes desde o final de 2006, em torno de 300%, trouxe à tona um dos problemas mais sérios para a produção agropecuária nacional.

Na agenda do governo, a expansão da produção interna de nitrogênio, fósforo e potássio passa a ser uma das prioridades cruciais. O Departamento Nacional de Produção Mineral faz uma varredura no território nacional para identificar as jazidas potenciais e confirmadas de fósforo e potássio. Saber em relação a cada uma se existe pesquisa, se houve emissão de direito de lavra, qual a situação da produção e se há alguma limitação legal ou ambiental para a extração do mineral.

Na produção de nitrogenados, a estratégia está em expandir a oferta da Petrobras de

gás natural e de nafta [derivado do petróleo], ambas matérias-primas importantes para produção de nitrato de amônia e uréia. O País ainda é dependente de nafta importada, e o gás natural é destinado a outros usos, como geração de energia elétrica ou combustível automotivo.

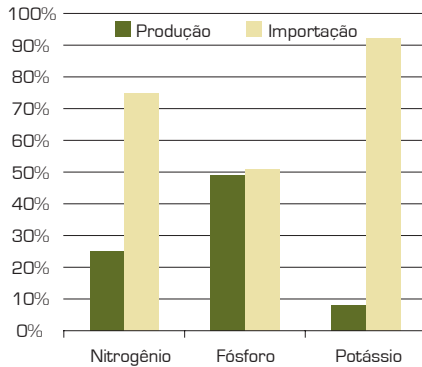
Nos fosfatados, o Brasil conta com dez minas em operação e outras nove em vários estágios de estudo. Uma das minas fica no município de Iperó, na região de Sorocaba (SP). A jazida fica no interior da Floresta Nacional de Ipanema. Para entrar em produção falta a licença ambiental. O MAPA alega que a cobertura vegetal é de mata terciária e não nativa.

Para os potássicos existe uma reserva no subsolo amazônico. A concessão é da Petrobras, porém a Vale, que já explora uma reserva em Sergipe, poderia assumir o projeto. As projeções apontam a necessidade de aportes da ordem de US\$ 2 bilhões, sem incluir o custo ambiental. O potássio está depositado na região denominada Nova Olinda, às margens do Rio

Madeira, a 1,2 mil metros de profundidade. Milhões de toneladas de rejeito terão de ser transportados para o oceano. Há também o risco de alagamento das minas, como ocorreu nos últimos dois anos em jazidas da Rússia e do Canadá. Além da tendência de alta, com o preço a US\$ 600 por tonelada, quatro vezes maior que o do passado, o projeto poderá interessar.

A curto prazo, o governo acenou com a redução temporária da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, de 4% sobre o ácido fosfórico e de 10% sobre o fosfato bicálcico. A medida tem pequeno impacto, pois não há barreiras tarifárias nas importações das agroindústrias ou dos agricultores.

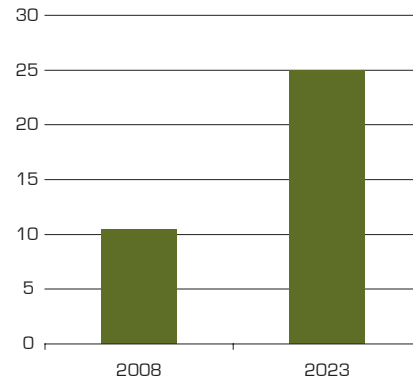
No caso das desonerações, existe a retirada do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), equivalente a 15% do valor do frete das importações. Uma antiga reivindicação das indústrias brasileiras é o fim da cobrança de ICMS no transporte interestadual da produção interna. Nas importa-

Balanco de nutrientes (milhões de t)

Fonte: Anda

cada, uma vez que três quartos do fertilizante consumido vem do exterior.

Diante desse cenário promissor de negócios, as companhias de fertilizantes acionam planos de investimentos para modernizar e ampliar suas unidades de produção. Uma das escolhas preferidas é o Oriente Médio, onde o gás natural é abundante. Estão sendo anunciados a

Brasil: consumo de nutrientes para fertilizantes (milhões de t)

Fonte: MAPA

construção de mais de 50 novas unidades para a produção de adubo nitrogenado e a expansão das minas de fósforo e potássio. Como esses projetos são caros e demorados, a oferta de fertilizantes poderá continuar reduzida durante anos.

O quadro de dependência crescente dos combustíveis fósseis para a produção e o preço elevado dos fertilizantes químicos,

certamente levará à busca de tecnologias para obtenção de produtos sucedâneos e melhoramento genético das plantas. Mas, os resultados somente aparecerão a médio e longo prazo.

Em recente painel, a ONU solicitou mudanças urgentes nas práticas agrícolas a fim de torná-las menos destrutivas. Algumas técnicas recomendadas oferecem alguns dos benefícios dos fertilizantes químicos, como o aumento da rotação de culturas usando soja e outras leguminosas, que naturalmente acrescentam algum nitrogênio ao solo.

A pergunta é se essas abordagens serão suficientes para atender à acelerada demanda mundial por alimentos e biocombustíveis. “Este é um problema básico: alimentar 6,6 bilhões de pessoas”, afirma Norman Borlaug, cientista norte-americano que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1970 devido ao seu papel na disseminação das práticas de agricultura intensiva nos países pobres. “Sem fertilizantes químicos, esqueça. É fim de jogo”. ■

ções não ocorre esse ônus. Essa decisão depende do Conselho Nacional de Política Fazendária.

Um outro ponto é o estímulo à formação de grupos de produtores com escala suficiente para garantir preços melhores nas negociações com o exterior. Grandes grupos na Região Centro-Oeste, como o Consórcio Cooperativo Agropecuário Brasileiro (CCAB), que reúne 20 cooperativas de quatro estados, já adotaram o modelo. O governo pode também facilitar a aproximação de grupos de produtores com fornecedores internacionais. O gargalo está na *demourrage* (custo de navio parado no porto para descarregar), que custa ao setor um desembolso de US\$ 700 milhões a US\$ 1 bilhão por ano.

Para serem operacionalizadas pelo Banco do Brasil e o BNDES, duas linhas de crédito estão sendo analisadas:

Primeira: para custear a compra de adubos; Segunda: para estimular a aquisição ou a construção de unidades misturadoras

próximas aos portos, para facilitar o emprego de importados.

Da parte da iniciativa privada, foram anunciados investimentos de US\$ 4 bilhões para ampliar a produção interna nos próximos quatro anos. Nessa cifra estão as inversões de Petrofertil, maior fabricante de matérias-primas para adubos no País e controlada pela Bunge, Mosaic e Yara. Todas as iniciativas são válidas nessa fase em que os indícios são de um patamar mais alto de preços internacionais para os fertilizantes. O foco deve estar na garantia de renda do agricultor. A relação de troca mostra, mesmo com preços maiores das *commodities* agrícolas de uma maneira geral, uma evolução desfavorável para o produtor.

A China e a Índia representam praticamente a metade do consumo mundial de fertilizantes. Ambos os países subsidiam seus produtores para empregar o insumo vital para a produtividade. Os grandes fornecedores mundiais priorizam, por motivos naturais de escala de comercializa-

ção, o atendimento à região asiática. Já a agricultura rentável da Europa e dos EUA tem condições para adquirir o produto. O Brasil fica em condição marginal, com uma agricultura que cresce em direção à região central de solos mais pobres e de logística complicada.

Enquanto vários países retêm as exportações de grãos, como arroz e trigo, para garantir o abastecimento interno ante a escassez de produtos, a prática chega nos insumos. A China acaba de bloquear as exportações de fertilizantes com a imposição de tarifas. Se essa prática generalizar-se, a crise dos alimentos deixa de ser dirigida para o abastecimento, e convergirá com mais força para a produção, e o Brasil ficará em posição incomoda.

Enfim, os fatos deixam claro no aspecto estrutural a incapacidade do Brasil, uma das maiores potências no agronegócio, de atender à demanda de seus produtores. Encontrar uma saída para isso deve fazer parte das estratégias básicas do setor.

Trigo Safra 2008/09

Aumenta a produção

ESTIMULAR A produção de trigo no Brasil é um desafio para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como essa lavoura enfrenta grande risco, estudos de zoneamento de risco climático foram realizados para os principais estados produtores, inclusive para o trigo irrigado nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste. O triticulor terá subvenção de 60% do valor do prêmio para contratação do Seguro Rural.

O custo operacional efetivo (não considera depreciação e remuneração do capital) para a região de Santa Rosa/RS, segundo levantamento da Conab para a safra 2008/09, é de R\$ 452 por tonelada, valor próximo ao preço mínimo estabelecido pelo governo. Desde o segundo semestre de 2006, os preços dos insumos no mercado interno subiram entre 18% e 34%. Essa alta reflete a situação do mercado internacional com a desvalorização mundial do dólar e o forte aumento no consumo, principalmente de fertilizantes, nos países produtores.

Entre as safras 1999/2000 e 2006/2007, o déficit mundial na relação produção/consumo foi da ordem de 63 milhões de toneladas de trigo.

Aumentar em 25% a produção de trigo da safra 2008/09 é a principal meta do Plano Nacional de Trigo do MAPA. Esse crescimento garantirá uma produção de 4,75 milhões de toneladas, correspondente a 47% da demanda brasileira. A estimativa de aumento da produção de trigo tem como base a produtividade da safra atual, de 2,1 mil quilos por hectare.

Com o objetivo de diminuir a dependência externa do País em relação ao

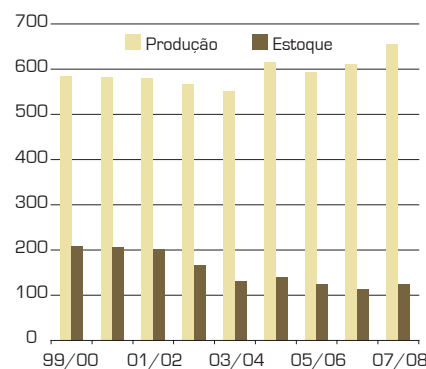
Brasil: números da triticultura de 2000 e 2007

- **Produção**
29,2 milhões de toneladas;
- **Importação**
52,4 milhões de toneladas;
- **Custo de importação**
US\$ 7,8 bilhões;
- **Demanda**
81,6 milhões de toneladas;
- **Auto-suficiência**
36% da demanda nacional.

Fonte: MAPA

cereal, entre as medidas do governo de apoio à produção e à comercialização do trigo destacam-se:

- Reajuste de 20% no preço mínimo do trigo (R\$ 480/t);
- Ampliação do limite de financiamento para R\$ 400 mil por produtor;
- Contratação de Empréstimo do Governo Federal (EGF) durante todo o ano;

Mundo: produção e estoque de trigo (milhões de t)


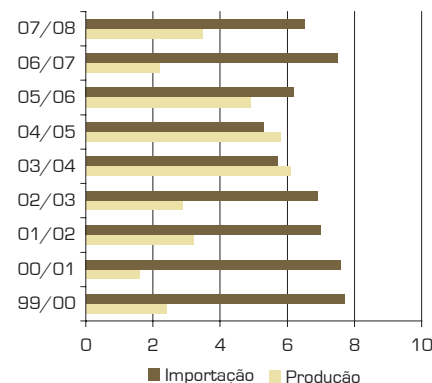
Fonte: USDA

- Linha Especial de Crédito (LEC) para comercialização com taxas de juros de 6,75% aa;
- R\$ 1,2 bilhão do crédito rural.

No Brasil, os preços seguem elevados, em plena entressafra, sem o produto argentino e na dependência de importações de outras regiões do mundo. O mercado reagiu bem à notícia do governo ter ampliado para mais 1 milhão de toneladas as importações sem incidência da Tarifa Externa Comum do Mercosul (de 10%), até o dia 30 de junho, com vencimento até o dia 31 de julho. Os moinhos estão com relativa folga em termos de estoques, com a importação de 1 milhão de toneladas de trigo do Hemisfério Norte.

Paralelamente, o governo anuncia isenção de impostos sobre os produtos derivados do trigo, visando a reduzir os preços aos consumidores. Resta saber se tais isenções serão repassadas aos consumidores ou se ficarão pelo caminho na cadeia, em benefício de melhores margens de ganho para moinhos, distribuidores e indústrias.

Na prática, o relatório do USDA, divulgado em 9 de maio, confirmou um aumento na produção de trigo nos EUA e no mundo em 2008/09. Em outras palavras, isso significa 50 milhões de toneladas a mais de trigo. A conjuntura continua a exigir atento acompanhamento. Na Bolsa de Chicago os preços da tonelada aumentaram em 120% nos últimos doze meses, da faixa de US\$ 200 para US\$ 450. ■

Brasil: produção e importação de trigo (milhões de t)


Fonte: Conab

Flores

Marketing e estratégia em flores

Carla Eliza Pontes Cozer¹Maria Liduina Domhof²Maria Stella Melo Saab³Marcos Fava Neves⁴

SEGUNDO O IBRAFLOR (2007), a profissionalização e o dinamismo comercial da floricultura são fenômenos relativamente recentes no Brasil. No entanto, a atividade já contabiliza números extremamente significativos. Nas exportações, conquistam mercados exigentes como Holanda, EUA, França, Canadá, Inglaterra, Emirados Árabes, Argentina e Uruguai (segundo o Sebrae, 2006).

Brasil: números da floricultura

- 4 mil produtores;
- Área de 6,0 mil hectares;
- 304 municípios;
- Pólos de produção: 12
- Empregos: 120 mil (diretos e indiretos)
- Faturamento interno: R\$ 2 bilhões

Embora concentrada no estado de São Paulo, nas regiões dos municípios de Atibaia e Holambra, a floricultura brasileira evidência fortes tendências de descentralização produtiva e comercial por várias regiões de todo o País. Atualmente, assiste-se ao notável crescimento e à consolidação de importantes pólos florícolas no Rio Grande do Sul, Paraná, em Santa Catarina, Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Goiás, no Distrito Federal e na maioria dos estados do Norte e do Nordeste.

A produção é desenvolvida em pequenas propriedades. A média nacional de área cultivada é de 3,5 hectares. Existem diferenças regionais importantes. O estado de Goiás, por exemplo, possui uma área média de cultivo – a maior nacional

– de 6,3 hectares. Isso explica sua vocação para a produção de mudas de plantas ornamentais, exigentes em maiores dimensões físicas de área.

Brasil: distribuição da área cultivada com flores e plantas ornamentais

- 50,4% para mudas;
- 13,2% para flores envasadas;
- 28,8% para flores de corte;
- 3,1% para folhagens em vasos;
- 2,6% para folhagens de corte;
- 1,9% para outros produtos da floricultura.

As flores e plantas ornamentais são comercializadas em grandes centros atacadistas, concentrados no estado de São Paulo, na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Ceasa de Campinas e Cooperativa Veiling Holambra, em Holambra. Alguns desses mercados incorporam as mais modernas técnicas de comercialização, como o sistema de leilões próprios do modelo Veiling holandês e a comercialização eletrônica de mercadorias.

O sistema de vendas via leilões, difundido na Holanda, ocorre na Cooperativa Veiling Holambra, responsável por cerca de 25% do comércio nacional. O sistema permite a justa formação de preços e a venda de grandes quantidades de produtos em um curto espaço de tempo, com manutenção da qualidade. Informatizado, o sistema possibilita transparência nas transações comerciais e serve de referência de preços para todo o mercado nacional.

No sistema de intermediação, os produtores e distribuidores fecham contratos de curto, médio ou longo prazos. O preço, a característica do produto e prazo de entrega são acertados no fechamento do contrato. Funciona como uma espécie de garantia, pois o produtor pode programar melhor sua produção, enquanto o cliente pode antecipar a fixação de preços e necessidades para o varejo.

A comercialização virtual funciona como um banco de dados informatizado sobre os produtos disponíveis. O sistema é alimentado por produtores, que disponibilizam informações sobre quantidade, qualidade, preço e prazo de entrega. Tudo isso é acessado pelos clientes via *internet* ou terminais fixos. A Cooperativa Veiling Holambra e a Cooperflora operam este sistema.

As Centrais de Distribuição / Ceasa utilizam o sistema de comercialização mais antigo e tradicional, em que os produtores ficam um ao lado do outro, oferecendo sua produção aos clientes. Esse sistema é conhecido como venda “na pedra”. São espaços de 20 a 50 m² cada, onde os produtos ficam expostos a condições climáticas. Opera duas vezes por semana “na pedra” e outras duas vezes ao “ar livre” e

Formas de comercialização dos principais mercados de São Paulo

	Leilão	Intermediação	Venda virtual	Venda na pedra
Cooperativa Veiling Holambra	X	X	X	
Cooperflora		X	X	
Ceasa Campinas		X		X
Ceagesp São Paulo		X		X
SP Flores – Arujá		X		X

Fonte: Ibraflor (2007)

Gastos per capita/ano com flores (US\$)

País	1994	1998	2007
Noruega	137	143	143
Alemanha	90	137	137
Estados Unidos	43	36	50
Argentina	23	25	25
Brasil	3	6,0	4,7*

Fonte: Ibraflor (2007)

atende tanto a clientes atacadistas e varejistas, como a consumidores finais.

Segundo o Sebrae (dados de 2005), a distribuição varejista de flores e plantas ornamentais no Brasil conta com cerca de 18 mil pontos de venda. O estado de São Paulo representa cerca de 40% de todo o consumo nacional. Apenas a cidade de São Paulo absorve perto de 25% de toda a demanda dessas mercadorias.

Mesmo assim, o valor está muito abaixo do de nações como Suíça e Noruega, que trabalham com US\$ 170 e US\$ 143 *per capita* ao ano, ou os Estados Unidos e a Argentina, com US\$ 36 e US\$ 25, respectivamente.

A diferença entre o consumo brasileiro e o de outros países desenvolvidos permite inferir um potencial de mercado de flores ainda inexplorado no Brasil. Um dos motivos do consumo de flores ser baixo é a renda *per capita*, muito menor que o da Europa, além do clima e da falta de tradição.

O potencial de consumo do brasileiro é o dobro do consumo atual. Isso deixa abertas possibilidades para aumento do consumo. Pelo conhecimento do perfil dos consumidores, ações podem ser criadas.

Pesquisa de mercado

A partir de 28 entrevistas, realizadas no final de 2007, foi possível captar os indícios do perfil do consumidor de flores e plantas no varejo. A finalidade do trabalho é oferecer informações para as empresas produtoras e varejistas do setor de flores e plantas elaborarem estratégias de *marketing* direcionadas às necessidades de seus clientes.

As sugestões de solução para expandir o consumo são:

- Mais conveniência e acessibilidade do produto por meio do estímulo à abertura de canais alternativos

(quiosques, bancas, postos de gasolina, lojas de conveniência, estações de metrô etc.), o que beneficiará o consumo por impulso das mulheres;

- Investimento em *marketing* de conteúdo, desmistificando o manuseio do produto (tempo, espaço, cuidados) e reforçando seus significados simbólicos (valor);
- Incentivar novos planos de negócios para estimular a venda de flores e plantas com entrada de novos empreendedores no negócio do varejo;

Os principais itens motivadores à compra de flores são presentear ao visitar alguém, enfeitar a casa e datas festivas.

Esse comportamento de consumo difere da média nacional, que compra as flores mais para presentes. Ele precisa ser estimulado, pois a compra para uso próprio se caracteriza por uma frequência maior, o que beneficiaria o aumento de volumes de vendas da cadeia. Para tanto, sugere-se uma campanha de *marketing* e a integração de fornecedores e varejistas, nos mesmos moldes das cadeias de perfumes, celulares, chocolates, livros e outros. O papel do produtor no *marketing* na ponta de consumo é fundamental.

Quanto ao apelo de consumo, os consumidores associam flores com beleza, qualidade, cor e alegria. Os produtos de maior valor “simbólico” e “emocional” apresentam grande crescimento nos últimos anos, decorrente da vida mais urbana, estressada e desequilibrada da sociedade. Os fatores associados às flores reforçam o grande potencial de mercado que elas e as plantas têm e que devem servir de insumo de base para a comunicação e divulgação de seus benefícios para o consumidor final.

Entre os pontos a serem melhorados no varejo destacam-se mais propaganda, a flor pronta (decorada), o preço justo e a melhora na apresentação dos produtos. O varejo aposta muito nos produtos e pouco em tecnologia, incluindo questões como *merchandising*, teatro de vendas, serviços e outros. Um processo de capacitação que envolvesse a certificação do varejo alcançaria os resultados desejados pelos consumidores e serviria de estímulo para a participação das lojas. As maiores vendas acontecem no Dia dos Namorados, nos aniversário de casamento e nos finais de semana.

O resultado da pesquisa mostra que se trata de uma compra impulsiva. O aniversário de casamento se apresenta como uma das datas mais promissoras a serem exploradas, com resultados mais rápidos e expressivos no curto prazo. Uma campanha focada nesse tema teria grande aceitação, uma vez que o consumidor tem manifestado sua vontade de reforçar os relacionamentos. Durante as entrevistas, chamou atenção o interesse de conhecer mais sobre flores e plantas (variedade, durabilidade e cuidados) e que as mulheres comprem flores e plantas para enfeitar a casa e para presentear.

Nos principais mercados mundiais, o consumo migrou para a compra de uso próprio, pelo aumento do consumidor feminino. Os compradores de flores para enfeitar a casa têm forte influência da cultura européia. Provada com sucesso em outros mercados, isso significa explorar um novo universo no mercado de flores.

É importante fazer mais *marketing* de produto e fornecer mais informações para a consumidora da classe B. Em todas as cadeias de consumo essa ação sempre surgiu e foi bancada pela indústria (perfumes, chocolates, etc.). A pesquisa não pode ser extrapolada como o perfil dos consumidores de flores e plantas do Brasil, pois foi feita estritamente no município de Holambra, mas poderá ajudar em *insights* nos aspectos de *marketing* e estratégia ligados a flores. ■

1 Pós-graduanda MBA Fundace Holambra

2 Pós-graduanda MBA Fundace Holambra

3 Pesquisadora do Pensa e Markestrat

4 Professor de Estratégia – FEA/USP Ribeirão Preto

Biocombustíveis

Resistência europeia

Adriano José Timossil¹

AS CRESCENTES críticas e os raros elogios por parte da mídia europeia, sociedade civil, determinados governos e demais *policy makers* e de *lobbies* agrícola-produtores levantam sérias dúvidas sobre os potenciais ganhos para o combustível verde do Brasil e demais países do Sul no protegido mercado europeu.

Os biocombustíveis, quando surgiram na mídia europeia, há poucos anos, foram considerados importantes para:

- Amenizar os resultados negativos das mudanças climáticas;
- Diminuir a forte dependência externa de energia;
- Promover o desenvolvimento rural;
- Fornecer renda alternativa aos agricultores europeus;
- Reduzir os altos gastos com a Política Agrícola Comum.

Por ser uma tecnologia genuína do Cone Sul, determinados setores produtivos europeus ficaram constrangidos. O *lobby* agrícola, por exemplo, de início não reconheceu a supremacia do Brasil na área. No Reino Unido, muitos informativos citavam os Estados Unidos, e até mesmo a Austrália, como modelos de produção da energia verde. Essa diferença foi superada à medida que os europeus estabeleceram sua capacidade produtiva. A partir de então, começo uma forte campanha de crítica ao produto brasileiro.

Para proteger seu mercado, o *lobby* produtor, as lideranças políticas, a sociedade civil e a mídia europeia levantaram uma grande polêmica sobre o uso dos biocombustíveis importados. A sustentabilidade do produto brasileiro e do Sudeste Asiático é questionada a todo momento. Essa

ação é similar ao que houve em outros casos antigos do comércio agrícola ainda “não resolvidos” entre a União Europeia (UE) e seus parceiros comerciais.

A campanha influencia e os biocombustíveis, em particular do Cone Sul, são vistos não “tão verdes”, ao contrário do que acontecia há alguns anos. A ação é liderada por setores protecionistas favoráveis apenas ao uso do produto interno e por *lobbies* anti-biocombustíveis.

Como verdadeira exceção, reconhecido historicamente por suas iniciativas verdes, a Suécia é uma grande defensora do Brasil. O país escandinavo possui um dos mais avançados programas de biocombustíveis no bloco europeu, baseado principalmente na importação de etanol brasileiro. Não obstante, enfrenta os ataques agressivos de entidades da sociedade civil, além de estar praticamente isolada no seio da UE.

A maioria dos países membros apresentam um discurso ambíguo sobre a implementação de programas para estimular o desenvolvimento do setor. Alguns são contrários à abertura de mercado para biocombustíveis importados, sob a alegação de colocar em risco o potencial embrionário do bloco e a preservação da biodiversidade.

Erroneamente, e por falta de interesse, o debate sobre a sustentabilidade deixa de lado os efeitos negativos do biocombustível europeu e dos EUA, pelo menos em três pontos:

Primeiro: por serem os verdadeiros causadores da pressão na oferta e no preço de alimentos por diversos fatores largamente comentados, como a especulação nas bol-

sas e a concorrência no uso de alimento como matéria-prima.

Segundo: avanço e ocupação de espaço com ameaça à preservação ambiental, sobretudo no uso de áreas de *set aside* (não destinadas à agricultura), tidas como refúgio para biodiversidade europeia, que serão abolidas ainda este mês para aumentar o plantio em quatro milhões de hectares.

Terceiro: produzidos à custa de subsídios elevados, os quais contribuem fortemente para a fome e pobreza mundiais. Por esses motivos, denominar biocombustíveis da UE (e EUA) de sustentáveis é um grande erro.

Existe uma enxurrada de artigos e publicações, muitas vezes equivocados ou, até mesmo, sem fundamento técnico. Infelizmente, pelas suas forças na mídia, confundem e influenciam os leitores a ter uma posição contrária ao produto brasileiro. Parlamentares e demais lideranças de governo enfrentam pressão de entidades da sociedade civil e de *lobbies* contrários à expansão dos biocombustíveis. Por isso, adotam medidas desestimulantes e reverterem o quadro anterior de desenvolvimento do setor. Em muitos casos, devido a fins eleitoreiros, tomam partido contrário.

Os políticos europeus disputarão um novo mandato em 2009 no Parlamento Europeu, que a cada ano aumenta seu poder político no processo legislativo do bloco. Muitos euro-deputados são bem céticos sobre a possibilidade de abertura do mercado europeu para biocombustíveis do Sudeste Asiático ou do Brasil. O crescimento das críticas na UE poderá

acarretar grandes prejuízos futuros à bioenergia brasileira em outros continentes. Isso trará entraves para a legitimação e o aproveitamento de oportunidades dos biocombustíveis do Brasil e de outros países em desenvolvimento.

Seja por meio do governo ou do setor produtivo, o País precisa agir sempre de maneira firme, para rebater as críticas levantadas no mercado europeu, que ganharam muito espaço na imprensa e na sociedade civil, principalmente a partir de 2007. O tema passou a ser a grande ferramenta política em 2008. Parlamentares e determinados governos da UE estão cada vez mais “sem vontade” de adotar decisões de peso em favor da adoção de leis mais ambiciosas no campo de biocombustíveis.

O Reino Unido é um grande exemplo. Os resultados de um estudo coordenado pela Associação de Combustíveis Renováveis do País (o *lobby* produtor britânico) sobre os riscos e benefícios dos biocombustíveis serão apresentados em junho. A partir de então, o governo do primeiro-ministro Gordon Brown deverá rever sua política no tema em questão. Tudo indica que o Brasil e outros países deverão ter problema no Reino Unido.

Interessante é que, até recentemente, o Reino Unido era forte companheiro da Suécia na luta pela abertura do mercado europeu para importação de biocombustíveis de países em desenvolvimento.

No cenário global, o debate sobre biocombustíveis atinge seu grau máximo e chega ao âmbito das Nações Unidas, por meio de suas agências e conferências. É um período intenso de declarações de governos, de diplomatas de países vítimas de uma crise alimentar e de lideranças de instituições mundiais. Muitos enxergam no biocombustível uma ameaça para a estabilidade mundial, pois coloca em risco a permanência de seus governos no poder.

Diante desse quadro, é responsabilidade do Brasil trabalhar, dia e noite, para provar à comunidade internacional os grandes benefícios da nova fase da agricultura mundial. O 1º Fórum Internacional sobre Biocombustíveis, a ser reali-

UE: cronologia dos biocombustíveis

2003	• Estabelecimento de diretivas para o uso e a produção de biocombustíveis
2005	• Recomendação para mistura de 2% de biocombustíveis nos combustíveis fósseis.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Internacional de Biocombustíveis em Bruxelas: “UE importará apenas biocombustíveis sustentáveis”. • Publicações de entidades da sociedade civil e artigos na imprensa criticam os biocombustíveis por serem um risco à preservação da biodiversidade, em particular o etanol brasileiro.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Europeia apresenta proposta de revisão de Lei sobre Biocombustíveis, com a inclusão de um percentual de 10% de mistura ao combustível fóssil mandatórios para 2020. A proposta é vinculada à implementação de critérios de sustentabilidade. • Sem acordo entre os estados membros, o projeto de lei fica em aberto para novas discussões na mesa de negociações durante o próximo encontro do Conselho Europeu em junho. • Instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e OCDE) fazem declarações e alertam para os riscos dos biocombustíveis. Os discursos variam da destruição da biodiversidade a questões de segurança alimentar. • Presidente Lula lança força-tarefa para rebater as críticas aos biocombustíveis. No final do ano, o Brasil sediará a 1ª Reunião do Fórum Internacional sobre Biocombustíveis, com a participação da UE, EUA, China, Índia e África do Sul.
2010	• Recomendação para adição de 5.75% de biocombustíveis aos combustíveis fósseis, correspondentes a 24 bilhões de litros de carburantes verde.
2020	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação mandatória da mistura de 10% de biocombustíveis aos combustíveis fósseis. Se aprovada a lei, as importações representarão até 30% do consumo. • Consolidação dos biocombustíveis de segunda fase.

Alemanha recua posição

O Ministério do Meio Ambiente pode desistir de elevar a mistura de biocombustíveis na gasolina alemã, por temer custos extras para até 2 milhões de proprietários de veículos antigos. O projeto E10 previa aumentar de 5% para 10%, a partir de 2009, a proporção de etanol na gasolina tradicional, para reduzir as emissões de dióxido de carbono. Existem críticas de organizações ecologistas quanto às condições da plantação de colza ou soja, indispensáveis à produção dos biocombustíveis. Conforme informa a Adac, o maior automóvel clube do país, apenas 375 mil automóveis – de uma frota total de 44 milhões – não estariam equipados com motores capazes de suportar a alteração na mistura. Mas a mistura, corrosiva, desgasta mais algumas peças dos motores, e é incompatível para os carros mais antigos. Os proprietários seriam obrigados a encher o tanque com combustível *premium*, com um custo extra anual entre 100 e 200 euros por pessoa, ou 150 milhões de euros ao todo.

zado em São Paulo em novembro próximo, constitui uma oportunidade para o Brasil. O fato de o evento ser restrito a quatro países membros e à UE poderá causar descontentamento de países não participantes. Estabelecer um diálogo dos países do Cone Sul com a comunidade internacional para traçar estraté-

gias de cooperação e reverter o ambiente passional e de crítica. ■

1 Consultor em Comércio e Política Agrícola e Desenvolvimento Internacional com diploma em Estudos Europeus pelo Collegio Europeu di Parma. O autor trabalha em Genebra em projetos de consultoria no tema Assuntos Globais do Sul. e-mail: timossiaj@yahoo.com

Biodiesel

Linha vermelha

A PARTIR da publicação da Lei nº 11.097/2005, até o final de 2007 a mistura do biodiesel no diesel seria autorizativa, tornando-se compulsória, no percentual de 2%, entre 2008 e 2012. Mas a recente a Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 13/3/2008, determinou a adição obrigatória de 3% de biodiesel ao diesel comercializado no País, a partir de 1º de julho de 2008. Está prevista a elevação do volume para 5% (B5), também de forma obrigatória, a partir de 2013.

Responsável pela introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assumiu a atribuição de regular e fiscalizar as atividades relativas à produção, ao controle de qualidade, à distribuição, revenda e comercialização do biodiesel e da mistura diesel-biodiesel (BX).

De 2005 a 2007, foram realizados pela ANP sete leilões de biodiesel para suprimento do mercado. Agora, em 2008, foram realizados mais dois leilões, com regras diferentes das dos outros sete leilões. Essa mudança decorre do risco de faltar biodiesel no mercado. Os resultados do sétimo e oitavo leilões garantiam ofertas adequadas à demanda prevista para o terceiro trimestre.

O modelo adotado nos leilões anteriores dava exclusividade de participação para os agricultores da agricultura familiar detentores do selo verde. Além disso, privilegiava a palma e a mamona no Nordeste e as fábricas no semi-árido.

Na verdade, a disponibilidade de matéria-prima é o maior entrave para a produção do biodiesel. A ampliação da porcentagem da mistura de biodiesel ao diesel

Reclamações do setor

- Cumprimento da mistura obrigatória B3 neste ano;
- Antecipar a mistura obrigatória B4 e B5, respectivamente, para 2009 e 2010;
- Proibir concessão de abastecimento onde não for comprovada a aquisição correspondente de biodiesel;
- Leilões com menores prazos de entrega;
- Políticas fiscais para estimular as exportações de biodiesel.

para 3% significou a necessidade de uma produção anual de 1,26 bilhão de litros do combustível. No ano passado, a produção de biodiesel foi de 400 milhões de litros.

O setor tem capacidade industrial de 2,9 bilhões de litros, mais que suficiente para atender à demanda. No entanto, essa superoferta representa mais problema que vantagem. A pressão de fornecimento joga o preço de venda para baixo, a um patamar incompatível com o custo do óleo de soja.

A chave do problema está na elevação do preço da soja, insumo usado por mais de 80% das usinas de biodiesel. O descasamento entre a cotação da matéria-prima e o baixo preço do combustível nos leilões levou a indústria a operar com prejuízo. Em abril, o preço do óleo de soja (85% do custo de produção do biodiesel) era de R\$ 2,30 o litro, enquanto o preço médio do litro do diesel situava-se em R\$ 1,88. Muitas usinas encontram dificuldades para cumprir o que foi assumido nos leilões.

A soja é a matéria-prima mais usada para a produção de biodiesel porque é dotada de estrutura agropecuária mais desenvolvida. Por décadas foram feitos grandes investimentos no desenvolvimento de espécies, de aprimoramento genético, técnicas de plantio direto e práticas de manejo, dentre outros. Isso trouxe um nível de conhecimento tecnológico muito competitivo em termos de produtividade. As outras culturas entram agora nesse processo. Com o passar do tempo, as lavouras com densidade energética superior poderão tirar espaço da soja.

Há espaço para exportação de biodiesel. A Argentina é um exemplo, coloca uma taxa de exportação de 30% sobre o grão da soja exportado e de 5% para o biodiesel, além de devolver 2,5% na forma de desoneração fiscal. O Brasil não cobra imposto para exportação da *commodity* e onera em 12%, mais a Cofins o biodiesel direcionado sobretudo à Europa e ao Japão. Uma das propostas passa pela mudança da Lei Kandir em momento propício, quando se discute no Congresso a reforma tributária. ■

Leilões de biodiesel da ANP

Leilão	Mês	Volume ¹	Abertura ¹	Fechamento ²	Desagio	Entrega
1º	Nov/05	10	1,92	1,90	-0,80%	jan/06 a dez/06
2º	Mar/06	170	1,91	1,86	-2,50%	jul/06 a jun/07
3º	Jul/06	50	1,90	1,75	-7,90%	jan/07 a dez/07
4º	Jul/06	45	1,75	1,75	-8,30%	jan/07 a dez/07
5º	Fev/07	45	1,90	1,86	-2,20%	até dez/07
6º	Nov/07	304	2,40	1,86	-22,20%	jan/09 a jun/08
7º	Nov/07	76	2,40	1,86	22,40%	jan/08 a jun/08
8º	Abr/08	264	2,80	2,67	4,60%	jul/08 a set/08
9º	Abr/08	66	2,80	2,69	4,24%	jul/08 a set/08

1 Em milhões de litros 2 Preço em R\$ por litro Fonte: ANP

Qualiagro I

Enfrentar as barreiras técnicas

A ORGANIZAÇÃO Mundial de Comércio (OMC) considera como barreiras comerciais a:

- Utilização de normas ou regulamentos técnicos não-transparentes ou não-embasados em normas internacionais aceitas;
- Adoção de procedimentos de avaliação de conformidade não-transparente muito dispendiosas, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.

Como os processos atuais de liberalização dos mercados se pautam na eliminação gradativa das barreiras tarifárias, as condições sobre barreiras não-tarifárias ganham cada vez mais importância nas análises sobre as vantagens de promover o comércio exterior.

As barreiras comerciais se dividem em dois tipos básicos:

- Tarifárias – imposto de importação e sobretaxas;
- Não-tarifárias – barreiras técnicas, quotas de importação, controle de preços, controles cambiais, medidas de salvaguarda, medidas *anti-dumping*, entre outras.

As barreiras técnicas são apontadas pelos exportadores brasileiros como a principal de ordem não-tarifária imposta pelos parceiros comerciais estrangeiros.

Diante da importância das barreiras técnicas para o fluxo de comércio exterior, foi assinado um Acordo sobre Barreiras Técnicas ainda no GATT, durante a Rodada Tóquio (1973-1979). Um novo acordo, totalmente reformulado e incorporado pela OMC, foi assinado na retomada de seus trabalhos em 1995.

O acordo determina que cada país se responsabilize pela manutenção de um

centro de informações. O motivo está na necessidade de disseminação das notificações dos regulamentos e das normas técnicas, assim como de seus procedimentos de avaliação da conformidade.

A abertura dos mercados incrementou o processo de trocas entre os países e aprofundou a necessidade do uso de uma linguagem comum para o estabelecimento de requisitos de desempenho e de ausência de riscos para o consumidor e o meio ambiente.

A “democracia” do acesso à participação em uma organização internacional de normalização foi o princípio que poderia assegurar as condições necessárias para que a norma internacional refletisse um consenso entre os interesses de todos os países. Todavia, ter as condições necessárias para a elaboração de uma norma verdadeiramente internacional não implica que elas tenham sido suficientes até hoje.

Impacto no agronegócio

A Organização Internacional para a Normalização (ISO) pode ser considerada a organização mais importante dentre aquelas para esse fim. Há também os organismos chamados de *international standardizing bodies*, que são aqueles que produzem normas, apesar de não ser sua única atividade. São exemplos a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o *Codex Alimentarius*, que trata das questões relativas a alimentos.

Essas organizações obedecem ao princípio de imparcialidade e representação nacional que, em alguns casos, é feito pelo organismo de normalização (na ISO e na Associação Brasileira de Normas Técnicas)

A tendência é de crescimento no número de barreiras contra as exportações brasileiras. A publicidade das potencialidades agrícolas do Brasil cria temores entre os demais concorrentes. O custo da produção agrícola brasileira é baixo.

Para lidar com essa realidade, o governo tem de fortalecer sua presença internacional, seja nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), seja em missões bilaterais. Outra medida é a provável criação de adidos agrícolas nas diversas embaixadas do Brasil pelo mundo. O tema já foi aprovado pelo Itamaraty e está em avaliação no Ministério do Planejamento.

Recentemente, o Brasil teve uma participação pouco comum nos debates sobre questões sanitárias, ao levar à OMC três casos de problemas enfrentados por suas exportações:

1º. Questionamento das leis americanas que exigem na importação entre seis e dez etapas de avaliação. Os americanos rejeitaram as críticas, mas admitiram conversar;

2º Um projeto na Malásia para cobrar de cada empresa uma taxa de US\$ 30 mil por ano para ser certificada e autorizada a exportar. O Brasil considera a Malásia uma importante plataforma de exportações para o Sudeste Asiático e países muçulmanos. Por isso, já admitiu pagar por inspeções para garantir que as empresas trabalhem no abate, como manda o Alcorão. Mas se recusa a pagar a nova taxa.

3º Queixas dos mexicanos sobre importações de carne cozida e preparada e sua proibição. A esperança é de que as queixas tenham servido para acelerar suas soluções.

Enfim, o agronegócio já vive intensamente o mundo das barreiras técnicas. O projeto Qualiagro tem apresentado a importância dos conceitos dos regulamentos técnicos, das normas e avaliação de conformidade. Existe fraqueza interna para tratar questões associadas às certificações. Os equívocos do Sisbov na cadeia produtiva da carne bovina é o mais gritante exemplo. Apesar da urgência, está em estágio bem incipiente montar a governança da qualidade na ótica da sustentabilidade, que envolve a produção, o meio ambiente e a responsabilidade social. ■

Qualiagro II

Contaminação de alimentos

José Sidnei Gonçalves¹
Sueli Alves Moreira Souza²

A MÍDIA nacional noticiou que o monitoramento da qualidade de alguns alimentos comercializados no Brasil quanto à contaminação por agrotóxicos revelou altas porcentagens de inadequação: alface (40,0%), morango (43,6%) e tomate (44,7%).

Os resultados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde, podem gerar reações nos consumidores. Por isso, há que se realizar a inferência correta em termos dos reais impactos à saúde.

Produtos proibidos e segurança do trabalhador

A defesa da produção e comercialização de alimentos saudáveis não tolera, sob quaisquer pretextos, o emprego de agroquímicos de uso proibido em território nacional. É o caso da “*detecção de monocrotofós na cultura de tomate, ingrediente ativo sem uso autorizado no Brasil desde 30/11/2006*”.

Há ainda os agrotóxicos autorizados para determinada cultura, mas com restrições quanto ao modo de aplicação, devido à sua elevada toxicidade aos trabalhadores rurais quando são utilizados no campo de forma indevida. Como exemplo é a “*detecção, também no tomate, do resíduo de metamidofós*”.

A busca de coibir práticas agropecuárias de risco à saúde do trabalhador corresponde a uma postura correta. Assim, cabe atenção às “*condições de trabalho dos agricultores, principalmente com menos recursos financeiros e de instrução, realidade de boa parte deles. Eles utilizam equipamentos de aplicação manual, pouco tipo de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Ficam*

mais expostos aos agrotóxicos e às intoxicações agudas e crônicas. Só faz sentido o objetivo de produção e distribuição de alimento sadio se esse processo for realizado por trabalhadores com garantia de saúde.

Alimentos contaminados e produtos não registrados

Apesar dos esforços de monitorar a qualidade dos alimentos no Brasil serem meritórios, há que se discutir a causa do problema, para as tomadas de medidas corretivas. As estatísticas apresentadas no relatório da Anvisa não autorizam a condenação de dado alimento para consumo. Exceto nos casos do *monocrotofós* e do *metamidofós* encontrados nas amostras de tomate, há que se realizar a interpretação dos demais resultados.

Os resultados insatisfatórios identificados nas amostras de resíduos de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura, ou níveis de resíduos acima do Limite Máximo de Resíduo (LMR), indicam a necessidade de tomada de medidas corretivas para o uso de acordo com a boa prática agrícola e a indicação da bula”.

O caso dos LMRs verificados no morango, banana, mamão e laranja diz respeito à aplicação de produto em excesso. Não foi observado o período de carência do produto ao fazer a colheita e encaminhá-lo adequadamente ao mercado. A maior rigidez na aplicação das normas do receituário agrônomo e o estímulo às boas práticas de produção ajudam na solução do problema.

Quanto aos produtos NAs há que ter cautela na interpretação dos resultados pois nada permite afirmar que sejam da-

nosos à saúde humana. E verificar se o produtor encontra produtos registrados para aplicar nas denominadas pequenas lavouras. Muitas vezes, pela complexidade operacional e custos de registro, as empresas não registram produtos para as lavouras sem mercado potencial de uso.

O alface e o morango não têm registro para o acefato que, no entanto, é autorizado para uso em brócolis, pimentão, repolho, rosa, soja e tomate. Os processos de registro e de monitoramento do uso dos agrotóxicos no Brasil precisam ser repensados.

Cada agrotóxico tem ação eficaz para um espectro de agentes causais. Por similaridade e para não perder a produção, o produtor pode utilizar dado agrotóxico não registrado para sua lavoura específica, mas disponível para outra de características muito próximas.

Com a maior boa intenção, o produtor pode escolher produtos por similaridade para aplicar na sua lavoura. Se não tem produto para dado agente causal de prejuízos sérios nas plantações de alface, mas tem para couve, vai fazer essa opção. Essas decisões produtivas são similares e devem ser tomadas a tempo para que os prejuízos não inviabilizem o negócio.

Reestruturação do aparelho estatal

A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, estabelece que “*os agrotóxicos só podem ser utilizados no País se forem registrados em órgão federal competente*”. A definição de apenas uma agência governamental, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com estrutura focada na produção, dava conta

Mozzarella contaminada



Autoridades da Itália tentaram manter a calma de consumidores internacionais, após o anúncio de uma possível contaminação de dioxina no queijo *mozzarella*. O produto é um dos principais alimentos exportados pelo país. A Coreia do Sul e o Japão decidiram suspender temporariamente as importações do queijo feito com leite de búfala depois de detectado, em dezenas de fábricas no sul da Itália, níveis “anormais” de dioxina no leite.

Preocupado com o incidente, o governo italiano convocou reunião extraordinária para analisar o caso. Participaram da reunião especialistas dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, Comércio Exterior e vários cientistas. A presença de dioxina na *mozzarella* foi detectada depois que autoridades da vigilância sanitária da região de Nápoles, no Sul da Itália, rea-

lizaram uma série de vistorias na região e em Caserta, onde é produzido o famoso queijo.

Os especialistas acreditam que a contaminação do leite ocorreu devido a substâncias tóxicas acumuladas no terreno ano após ano de uma péssima gestão do lixo na região. A Itália teme que o setor de produção de *mozzarella* se enfraqueça, uma grande preocupação pois é peça chave para a economia do Sul, que é pobre e subdesenvolvida, criando um prejuízo de aproximadamente 500 milhões de euros.

Países asiáticos, autoridades europeias, entre elas a Comissão Europeia, exigiram “urgentemente” informações sobre a possível contaminação da *mozzarella* de búfala. O controle do queijo na região de Nápoles é rotina desde as crises de 2001 e 2003, quando uma quantidade anormal de lixo foi acumulada na região. Há três meses que a capital do Sul da Itália vive submersa em toneladas de lixo, uma problema social que se repete há 14 anos. Apesar de não haver provas concretas da ligação entre a *mozzarella* contaminada e o terreno da região, os agentes alfandegários e a vigilância sanitária reconhecem que pode haver uma relação entre os dois fatores.

Aproximadamente 250 mil búfalas produzem leite para a fabricação da *mozzarella*; desses, 80% provêm da região de Campânia. Por ano a Itália produz 33 mil toneladas do queijo, considerado alimento fundamental na dieta italiana. Da produção de *mozzarella* de búfala, 16% são exportadas. De acordo com a vigilância sanitária, as vendas diminuíram de 30% a 35% na Itália.

das transformações da agricultura até a década de 1970. Agora, precisa se estruturar na lógica de regulação como demanda expressa da sociedade.

Como a população tem direito à garantia de alimento sadio é necessário ter produção a custos e em quantidade compatíveis com o tamanho e o perfil da demanda. É preciso equacionar o problema do custo do registro de agrotóxicos para as “pequenas lavouras”. Isso evitaria a aplicação inadequada de NA em um produto. Da mesma forma, cabe aprimorar as ações de monitoramento dos resíduos de agrotóxicos em alimentos.

O relatório permite apenas inferir que alguns produtos apresentam elevados percentuais de amostras insatisfatórias. Não é possível identificar o agricultor e o local para uma ação corretiva, seja técnica ou punitiva. Há produtores de alface, tomate e morango que realizam com

perfeição as boas práticas agropecuárias no uso e manejo de agrotóxicos. A divulgação genérica cria desestímulo ao uso consciente dos agrotóxicos.

O relatório mostra a contaminação depois do consumo do alimento, com informação da sua ocorrência durante o ano de 2007. O mal, se ocorreu, já estaria feito. Nada autoriza quereportagens transponham para o presente contaminações detectadas no passado.

A certificação da qualidade de produtos e processos, por meio das boas práticas no uso de agrotóxicos, estimula a diferenciação de produtos e ajuda a solucionar a questão. Mas isso implica custos com reflexos nos preços finais. Parcela expressiva dos consumidores por insuficiência de renda não paga mais pela qualidade. A iniciativa do governo paulista de estabelecer selo diferenciador de boas práticas para o

morango foi abandonada pela falta de resposta do consumidor.

A aplicação de mecanismos para a garantia de alimentos sadios no Brasil exigirá anos de formulação e a implementação de políticas públicas, as quais implicam o redesenho organizacional, estrutural e conceitual do próprio aparelho estatal. De imediato, tem-se que remodelar ao menos o sistema de registro, de modo a ficar menos oneroso para as pequenas lavouras. Isso evitará que práticas corretas de utilização por não produzirem danos à saúde pública sejam condenadas sob o rótulo de uso não autorizado. É preciso bulir na bula. ■

1 Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

e-mail: sydy@iea.sp.gov.br

2 Economista, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

e-mail: sueli@iea.sp.gov.br

Sped

Novidade no agronegócio

Ana Malvestio¹
Mayra Theis²

A ADOÇÃO do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped provocará alterações substanciais no agronegócio. Desenvolvido com a promessa de racionalizar o complexo sistema tributário brasileiro, o Sped proporcionará maior transparência no ambiente de negócios.

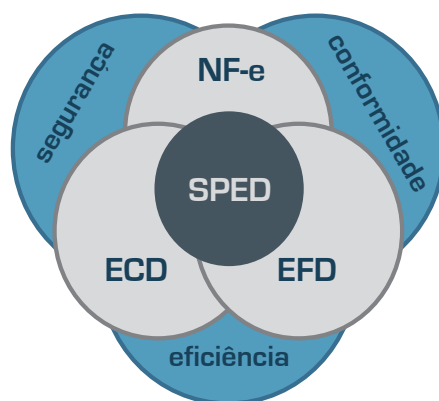
O sistema é composto por três pilares: Escrituração Fiscal Digital – EFD, Escrituração Contábil Digital – ECD e Nota Fiscal Eletrônica – NF-e. Cada um desses pilares possui um prazo específico quanto à obrigatoriedade de sua adoção. A NF-e tornou-se obrigatória para os segmentos de tabaco e combustíveis no início de abril. A partir de 1º de setembro será compulsória também para os segmentos de bebidas, frigoríficos e farmacêuticos, entre outros.

Desde janeiro, a ECD é obrigatória para as pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado e, a partir de janeiro de 2009, será também para grande parte das organizações, assim como a EFD.

Dentre os prometidos benefícios introduzidos pelo Sped, sob a ótica do fisco, estão a simplificação e a racionalização das obrigações acessórias, a agilização dos procedimentos sujeitos ao controle das administrações tributárias, a maior integração administrativa da União, estados e municípios, a padronização e a melhoria da qualidade das informações, a racionalização de custos e a maior eficiência fiscalizatória.

Porém, o impacto que a implementação do sistema trará às corporações não se limita aos aspectos tributários. A nova ordem trazida veio ao encontro das atuais necessidades do agronegócio. O setor, que até pouco tempo era dominado por em-

presas familiares que administravam seus próprios negócios, se viu obrigado a implantar regras de governança corporativa, visando à obtenção de maior transparência em suas relações.



Tal movimento decorreu da conjunção de vários fatores, dentre os quais podemos destacar:

- i) a descoberta do potencial do agronegócio brasileiro;
- ii) a oferta de recursos para investimentos;
- iii) a necessidade de informações para a obtenção de taxas de juros competitivas nos órgãos financiadores;
- iv) a possibilidade de captação de recursos mediante aporte de capital de investidores nacionais e estrangeiros, especialmente *private equities*.

No contexto da busca por maior governança, o Sped é um valioso instrumento para as empresas que atuam no agronegócio, desde que adequadamente implementado. Sua adoção como mera solução de tecnologia para atender à obrigação legal, como muitos o têm encarado, não permite tirar proveito de

todos os benefícios. O Sped deve ser encarado como uma oportunidade para revisão dos processos, dos controles e das rotinas fiscais, visando à sistematização de procedimentos que ao final resultarão nas informações a serem disponibilizadas para as autoridades fiscais.

Trata-se de um projeto que envolve mais que uma simples adequação de campos nos sistemas das empresas. Ele requer adaptações nos fluxos de emissão e recepção de documentos fiscais e avaliação dos processos de compras, estoques, logística, financeiro e de cadastro (produtos, clientes e fornecedores), não apenas sob o ponto de vista tributário, mas também de gestão e organização. É também uma ótima oportunidade para um *check-up* dos controles internos e dos requisitos de segurança relacionados ao ambiente de tecnologia da informação.

Para o melhor entendimento e identificação dos desafios oriundos da implementação do Sped, é essencial mapear os possíveis impactos organizacionais e operacionais para mensurar, não apenas as demandas para o cumprimento da legislação dentro dos prazos estipulados, mas também as adequações necessárias para o devido alinhamento com as melhores práticas de governança.

É desse modo que o Sped, mediante *inputs* de transparência e controles, pode vir a representar um importante instrumento para melhoria do ambiente do agronegócio brasileiro. ■

¹ Sócia da PricewaterhouseCoopers (PwC) e líder da consultoria tributária em Ribeirão Preto

² Gerente do Centro PwC de Serviços em Agribusiness

Ripa

Entrevista: James Rojas Waterhouse

Roberta Salgado G. da Silva*

EM ENTREVISTA ao Portal Ripa, professor de Engenharia Aeronáutica da USP de São Carlos James Rojas Waterhouse e empresário fabricante de aviões pela Aeroálcool Tecnologia, com sede em Franca (SP), e pesquisa o motor movido a álcool para aviões há sete anos.

RIPA: Quais usos dos aviões agrícolas ?

JW: O avião tem diversos usos na agricultura. Para pulverizar defensivo e metarrizo (agente biológico contra a cigarrinha, que ataca a cana). Na germinação do arroz e no semeio da mucuna e outras leguminosas para fixar nitrogênio no solo. Na ferrugem asiática, fungo de grande agressividade, se tardar na pulverização, a safra quebra de 20% a 30% rapidamente.

RIPA: Há outras vantagens em relação ao trator?

JW: O trator esmaga a cultura, compacta o solo e é lento. O operador de tratores carece de instruções para lidar com agentes biológicos ou químicos de grande risco e prejudiciais à natureza. Muitas vezes, no final da operação, lavam o tanque dos tratores com água de rios e contaminam os mananciais. O avião é operado por um piloto, com formação e especialização para realizar o trabalho.

RIPA: Como aumentar o uso dos aviões no agronegócio?

JW: O uso é muito baixo, mas com a tecnologia do uso do álcool poderíamos fazer aviões menores. Com custo de R\$ 18 por hectare, o avião é inviável para propriedades abaixo de cinquenta hectares. Os Estados Unidos combatem mosquitos com o avião. No Brasil não se combate o mosquito

da dengue com avião. Não adianta usar o avião uma vez por mês.

RIPA: Quanto a safra de grãos poderia ser ampliada com o uso do avião?

JW: Se tirarmos o avião, podem ocorrer quebras de safra da ordem de 50%. Toda a soja do planalto central é pulverizada com o avião. O mundo precisa de comida e energia (biomassa). Na Flórida, os americanos pulverizam com avião a laranja, que tem vazão (quantidade de produto por hectare) acima de 50 litros por hectare. Para o reflorestamento é uma mina de ouro por meio da fertilização.

RIPA: Qual é a capacidade de voo de um avião agrícola?

JW: Os aviões brasileiros voam com 600 quilos em média de carga. A distância é sempre curta. As pistas são dentro da própria lavoura. Em caso de fertilização, o avião joga a carga em cerca de 30 segundos. Consome bastante combustível, mas tem que levar a carga.

RIPA: Como ocorreu o primeiro voo comercial de uma aeronave movida a álcool?

JW: O primeiro avião movido a álcool foi produzido pelo Centro Técnico Aeroespacial. A tecnologia era "crua". Em 1998, vi a possibilidade de fabricar aviões movidos a álcool. No final de 2001, fizemos o primeiro voo comercial, na área de cana-de-açúcar, na cidade de Colina (SP). Demos início ao primeiro processo de certificação, antes da Embraer. O processo ficou incompleto por falta de capital.

RIPA: Como está a pesquisa com motor bicomcombustível para aviões?

JW: A pesquisa anda devagar, com capital próprio. Proporemos um projeto à Fapesp e à Finep. A viabilidade desse projeto passa pela melhoria em *software* e *hardware*, que exercem funções vitais dentro de um avião. O motor *flex* tem que ser inteligente, com *software* seguro, que ainda não sabemos fazer.

RIPA: Qual é a vantagem do motor bicomcombustível em aeronaves?

JW: Temos de desenvolver uma tecnologia que consuma gasolina ou álcool. Como em alguns lugares ele é mais barato, as pessoas buscam álcool onde conseguirem. A implantação de uma matriz de distribuição seria uma tarefa do governo, assim como fez com o automóvel. As condições tecnológicas acontecerão quando for rentável vender álcool nos aeroportos.

RIPA: Como é a formação de recursos humanos no setor aeronáutico?

JW: A USP formados 40 engenheiros por ano. Na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, o curso de engenharia mecânica tende para a engenharia aeronáutica. O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), voltado para o meio militar, forma pouca gente. O mercado financeiro drena um número grande de engenheiros formados pelo ITA. Poucos cursos no Brasil têm nível elevado para formar bons técnicos e pilotos. Na década de 1940, se formava piloto em aeroclubes a custo e nível baixos, subsidiado pelo estado. Para os mecânicos, há disponível apenas uma bibliografia básica e mal traduzida no passado. Já a Federal Aviation Administration (FAA) norte-americana tem milhares de páginas na *internet* e centenas de livros.

RIPA: Como as autoridades vêem isso?

JW: Falta visão na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) A incompetência da matriz aeronáutica reflete na sociedade. Se o avião é caro porque a mecânica é ruim, há risco de cair e as seguradoras aumentam os prêmios. Tudo reflete no preço das passagens. ■

* Assessoria de Comunicação Ripa

Brasil

Utilização da terra

Célio Gomes Floriani*

O BRASIL é o quinto maior país do mundo em termos de extensão territorial. Isso significa potencialidades gigantescas para agricultura, pecuária e ecologia. O território nacional conta com uma área de 851,1 milhões de hectares, sendo 64,7 milhões de hectares, ou 7,60%, ocupados por lavouras perenes e temporárias.

1. Culturas anuais

Entre as safras 1994/95 e 2007/08, a área plantada da primeira safra teve incremento de 16,1%, enquanto que a da segunda cresceu 45%.

O grande exemplo de sucessão de cultivos é a safrinha de milho que, após a la-

voura de soja, utiliza a própria área para o plantio de milho segunda safra, com duas produções (soja e milho).

Inverno: trigo, cevada e centeio

- a. **Milho:** a área plantada ficou praticamente do mesmo tamanho. A diferença é participação do milho segunda safra, que passou de 11,70% para 33,45%. A produção cresceu 50,2%, em função principalmente de ganhos de produtividade.
- b. **Arroz:** a área plantada caiu 32,0% e a produção cresceu 7,15%.
- c. **Soja:** a área plantada aumentou 81,2% e a produção 131,7%.

- d. **Geral:** a produção teve aumento de 73,7%, sendo 21,2% pela expansão da área e 52,5% por ganho de produtividade.

2. Culturas perenes e outras temporais:

Entre as safras 1994/95 e 2007/08, o incremento de área foi de 45,2%. O grande destaque foi a cana-de-açúcar, com crescimento de 29,9% e participação na área crescente de 36,7% para 47,30%.

3. Florestas plantadas

Em 1990 a área com florestas plantadas totalizava cerca de 6 milhões de hectares. Durante a década de 1990 ocorreu uma redução média de 1,5% ao ano, passando para 5,1 milhões de hectares em 2000. No período de 2000 a 2007, houve uma recuperação da área plantada, que voltou a atingir o patamar alcançado em 2000.

A área com florestas plantadas representa apenas 0,7% do território brasileiro, sendo 92,8% com eucalipto e *pinus*. A demanda elevada e crescente do complexo madeira (celulose, papel, painéis, madeira, carvão e outros) tem gerado a ameaça chamada de Apagão Florestal.

Ampliar a produção florestal de forma sustentável com a adoção de novas tecnologias para obter ganhos de produtividade é o grande desafio do setor, que precisa crescer mais de 3,0% ao ano para atender às demandas do mercado interno e externo.

As florestas plantadas destacam-se por representar sustentabilidade às cadeias

Celeiro do mundo

Diante das potencialidades do setor agrícola nacional tornar-se um dos principais fornecedores de alimentos e *commodities* do mundo, o governo brasileiro prepara uma estratégia. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está fazendo o mapeamento dos mercados externos para o País priorizar as suas ações.

O estudo ocorre em três etapas:

- 1º Análise dos indicadores econômicos e de mercado dos diferentes países;
- 2º Identificar as eventuais barreiras existentes e os critérios fitossanitários;
- 3º Avaliar ações de promoção das exportações.

O levantamento será debatido com os setores produtivos privados. Há problemas ainda a resolver internamente no que se refere às condições fitossanitárias. O governo reconhece o risco de imposição de barreiras técnicas nas exportações agrícolas nacionais. A solução passa por deixar de focalizar apenas os mercados tradicionais e avaliar as economias com o potencial de se tornarem grandes consumidores de produtos agrícolas nos próximos anos.

Mercados como os da China, Índia, do Leste Asiático, dos países do Golfo Pérsico, Norte da África, da Rússia e outros estão em avaliação. A falta de água e as práticas arcaicas de produção poderão instalar um quadro de crise no setor agrícola nos próximos anos. É uma oportunidade para o Brasil exportar, não apenas produtos agrícolas, como também maquinário.

Brasil: área plantada e utilizada no Brasil por cultura anual (milhões de hectares)

Produto	Safr 1994/95			Safr 2007/08		
	1° Safr	2° Safr	Total	1° Safr	2° Safr	Total
Milho	12,61	1,67	14,28	9,58	4,89	14,47
Soja	11,68		11,68	21,16		21,16
Feijão	1,67	3,83	5,50	1,31	2,52	3,83
Arroz	4,27		4,27	2,93		2,93
Algodão	1,23		1,23	1,10		1,10
Inverno*	0,20	1,15	1,35	0,30	1,94	2,24
Outras	0,13	0,10	0,23	0,54	0,43	0,97
Total	31,79	6,75	38,54	36,92	9,78	46,70

* Trigo, cevada e centeio Fonte: Conab

Brasil: áreas com florestas plantadas das principais espécies (milhões de hectares)

Espécie	Área plantada			2007 Participação (%)
	2005	2006	2007	
Eucalipto	3,41	3,55	3,74	62,6
Pinus	1,84	1,82	1,81	30,2
Outras	0,33	0,37	0,43	7,2
Total	5,58	5,74	5,99	100,0

Fonte: Abraf

produtivas dos segmentos industriais de celulose e papel, produtos sólidos de madeira, painéis reconstituídos, móveis, siderurgia a carvão vegetal, energia e outros. É importante, também, na geração de emprego, renda e tributos.

4. Conclusão

Da área total do território brasileiro, apresenta:

- 5,49% da área utilizada em culturas anuais, de 46,7 milhões de hectares;
- 2,11% da área de culturas perenes, de 18 milhões de hectares;
- 7,60% da área de culturas anuais e perenes, de 64,70 milhões de hectares;
- 0,70% da área com florestas plantadas, de 5,99 milhões de hectares;
- 25,61% da área de pastagens de aproximadamente 218,0 milhões de hectares, com estimativa de 60 milhões de hectares agricultáveis (degradados ou em fase de degradação)
- O somatório das áreas de culturas anuais e temporárias, de pastagens e floresta plantadas, representa 288,7 milhões de hectares, correspondentes

a 33,92% do total da área do território brasileiro. Portanto, apenas 1/3 da área do País é utilizado em lavouras, pastagens e florestas plantadas.

As potencialidades brasileiras no incremento de eficiência e produção podem ser no sentido:

- **ESPACIAL** – Expansão de áreas ou exploração de novas áreas;
- **VERTICAL** – Aumento da produtividade;
- **TEMPORAL** – Extensão das épocas de cultivo – exemplo: milho safrinha;
- **ILP** – Integração lavoura-pecuária – ferramenta tecnológica disponível para recuperação de áreas de pastagens (degradadas ou em fase de degradação);
- **ILPF** – Integração lavoura-pecuária-florestas, mais uma alternativa tecnológica disponível.

O Brasil é:

- O maior potencial em agricultura, pecuária, ecologia e oportunidades no mundo;
- A capacidade de resposta do agronegócio brasileiro;

Brasil: terras ocupadas (milhões de hectares)

Anual	46,7
Perene	18,0
Subtotal	64,7
Floresta	6,0
Pasto	218,0
Total	288,7

Brasil: evolução da área plantada por cultura perene e temporária (milhões de hectares)

Cultura	Área plantada	
	1994/95	2007/08
Cana-de-açúcar	4,56	8,52
Café	1,87	2,33
Mandioca	1,95	2,30
Laranja	0,86	0,91
Castanha-de-caju	0,70	0,71
Cacau	0,74	0,71
Banana	0,51	0,51
Fumo	0,23	0,47
Sisal	0,06	0,30
Coco-da-bahia	0,24	0,28
Borracha	0,06	0,11
Tangerina + limão	0,09	0,12
Dendê	0,04	0,09
Erva-mate	0,04	0,09
Uva	0,06	0,08
Manga	0,06	0,08
Abacaxi	0,04	0,07
Subtotal	12,1	17,68
Outras	0,29	0,32
Total	12,40	18,00

Fonte: IBGE e Agrianual

- A solução para a demanda crescente da produção de alimentos e de agro-energia. ■

* Chefe de gabinete da Secretaria de Produção e Agro-energia. e-mail: celio.floriani@agricultura.gov.br

Nota: Os números de utilização real das áreas do território brasileiro para lavouras: 54,92 milhões de hectares, florestas plantadas, 5,99 milhões de hectares e pastagens, 218,0 milhões de hectares carecem de aferição.

Reserva legal e área de preservação permanente

11 pontos para reflexão

1 A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal, foi acrescida de alterações e dispositivos pela Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001.

2 Ao longo do tempo, o conceito do Código passou de suporte conservacionista à atividade rural para se vincular à necessidade de uso sustentável dos recursos naturais, reabilitação dos processos ecológicos, manutenção da biodiversidade e proteção da fauna e flora nativas;

3 Essa mudança conceitual implica redução das áreas potencialmente destinadas à produção rural, em vez de estimular a proteção da fauna e da flora em áreas de solos inapropriados para cultivar. Não define áreas sob tutela do Estado para proteção de biomas importantes;

4 Em ambos os instrumentos legais, o tema crítico diz respeito à inexistência de exposição de motivos para a adoção dos institutos e das medidas métricas e de proporção, respectivamente, as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

5 Para que a Reserva Legal se justifique e cumpra sua função ambiental falta determinar:

- O embasamento técnico e científico;
- A realização do zoneamento ecológico e econômico pelo Poder Público conforme competência estatuída no Artigo 225, da Carta Constitucional.

6 Cada estado da federação tem por obrigação elaborar sua própria po-

lítica florestal, com parâmetros e limites adaptados à realidade social, econômica e ambiental do seu território, como informado no Artigo nº 225 da Constituição Federal;

7 Os parâmetros definidos para o percentual de proteção da Reserva Legal e as metragens das Áreas de Preservação Permanente:

- Não são baseados em estudos de viabilidade e eficácia ecológica dos biomas e das bacias hidrográficas;
- Ferem a autonomia federativa.

8 A proibição de computar a Área de Preservação Permanente no percentual

de Reserva Legal a ser averbada não é uma alternativa de uso sustentável para viabilizar economicamente a propriedade rural;

9 A averbação de Reserva Legal em estados com estrutura fundiária constituída de pequenas e médias propriedades:

- Pode formar fragmentos florestais esparsos e desordenados;
- Pode não contribuir para a estruturação dos ecossistemas, a funcionalidade ecológica e a biodiversidade.

10 A compensação da Reserva Legal vinculada à localização da área a ser averbada na mesma micro bacia hidrográfica do imóvel, além da falta de fundamentação técnica, não permite a formação de condomínios de bacias de Reserva Legal em extensões suficientes para cumprir a função ambiental;

11 O Zoneamento Agroecológico deve focar as necessidades dos ecossistemas com equilíbrio biológico para determinar a proporcional demanda territorial. Isso estimula a formação de grandes fragmentos florestais, de forma coordenada e tecnicamente fundamentada. ■

12 anos de discussão

O Código Florestal, instituído pela Lei nº 4771, em 15 de setembro de 1965, trata das normas do uso comercial dos recursos florestais. Em 42 anos de existência ocorreram muitas mudanças nas áreas rurais não previstas pelo código. Isso foi motivo para a criação de divergências de entendimentos em relação às normas. O presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Medida Provisória nº 1.511, procedeu a determinadas alterações no Código Florestal, com o objetivo de uma proteção legal mais rigorosa do bioma amazônico. A referida MP foi reeditada diversas vezes. Em dezembro de 1999, o deputado federal Moacir Micheletto levou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 1.736, então em sua 39ª edição. O projeto foi rejeitado em 29 de Março de 2000 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para subsidiar a conversão em lei da Medida Provisória nº 1956-48/00. Em 27 de maio de 2000, o presidente Fernando Henrique editou a Medida Provisória nº. 1956-50, com a incorporação, no geral, da proposta do Conama.

O projeto de lei do novo Código Florestal Brasileiro tramita na Câmara Federal. A falta de consenso retarda sua votação. Será preciso encontrar uma linha de equilíbrio entre preservação ambiental e produção sustentável. A questão mais polêmica diz respeito às áreas de reserva legal e de preservação permanente. Com um sistema jurídico complexo, lento e ineficiente essa definição fica cada vez mais inadiável.

Desenvolvimento sustentável

Engajamento de stakeholders

José Carlos Pedreira de Freitas*

POR SER um diferencial competitivo importante num mercado cada vez mais concorrido e globalizado, é importante tornar tangíveis atributos de sustentabilidade para incorporá-los aos ativos das organizações, adicionando valor e reduzindo riscos.

Considerando diferentes iniciativas do agronegócio ao propor medidas de aprimoramento dos principais instrumentos do desenvolvimento sustentável, cabe refletir acerca do processo de engajamento dos chamados *stakeholders*, ou “partes interessadas”, em qualquer processo que se pretenda sério (abrangente e legítimo) de gestão de sustentabilidade de operações¹.

Dentre as iniciativas vale destacar o debate que se trava atualmente em torno das Reservas Legais. Setores do agronegócio brasileiro reconhecem o mecanismo como instrumento de sustentabilidade sócio-ambiental, mas sabem da dificuldade para sua plena adoção. Daí, a apresentação à sociedade de várias propostas para seu aprimoramento no âmbito do Código Florestal.

Um dos problemas está na adoção de uma estratégia transparente de envolvimento dos legítimos interessados nas mudanças propostas no instituto da Reserva Legal e sua aplicabilidade no âmbito das propriedades rurais.

Identificação dos stakeholders

Os setores da sociedade civil ligados às atividades do agronegócio são as “partes interessadas” – ou *stakeholders* – a quem se deve recorrer com o propósito de conhecer o compromisso do setor com a causa da sustentabilidade.

Para as empresas, as “partes interessadas” são comunidades, instituições, indivíduos, clientes, acionistas e fornecedores, dentre outros, com os quais elas mantêm relação, e algum nível de interdependência, que impactam sua ação e que, por sua vez, são impactados por ela.

Engajá-los significa conhecer as suas expectativas, estabelecer um canal efetivo de diálogo e troca de informações, recolhendo subsídios que possam aperfeiçoar o seu processo de tomada de decisão, reduzindo custos e adicionando valor aos seus produtos e serviços.

Será preciso identificar quais os principais atores que mantêm relação com seu negócio, examinando de que maneira influenciam e são influenciados por ele. Será preciso também identificar e explorar a visão dos que estão na periferia, à margem do processo, representados por aqueles que podem ser afetados pela empresa, ainda que não possuam relação direta com ela. São os atores incluídos na categoria de *stakeholders* periféricos.

Vale ressaltar os chamados “riscos mercadológicos” inerentes ao não engajamento de determinados *stakeholders*. Os excluídos poderão sempre, e é natural que o façam, fazer suas vozes ouvidas em outros fóruns, dando oportunidade a que pessoas, grupos, instituições e até mesmo países criem dificuldades ao livre comércio, transformando suas demandas em barreiras comerciais.

Dependerá desse primeiro passo de criteriosa identificação das “partes interessadas” presentes ao longo de toda a cadeia produtiva o sucesso da fase seguinte de efetivo engajamento, num processo transparente e gradativo de construção conjunta.

Engajamento

Ao examinar-se o verdadeiro sentido de “engajamento”, em seus componentes éticos e políticos, duas visões extremas e antagônicas emergem, indicando o quanto de ética e política está embutido em qualquer escolha metodológica que se faça na implementação de um processo de engajamento.

Processos de engajamento podem ser vistos, conforme nos lembra a especialista Maristela Bernardo², de um lado, como meio de se promover o alinhamento de *stakeholders* aos interesses da organização, com um sentido de convencimento e aliciamiento.

No outro extremo, pode-se ver o engajamento como parte de um processo de mudança estrutural de paradigmas, cuja compreensão requer levar-se em conta uma série de fatores, valores e transcendências.

“A abertura do diálogo das empresas com seus *stakeholders* possivelmente está, na média, em um ponto qualquer entre esses dois extremos, talvez bem mais próximo do primeiro”, nos lembra a especialista.

Por outro lado, é preciso agir com a disposição de influenciar e ser influenciado pelo “outro”. Não no sentido de cooptá-lo, convidando-o a “aderir” a nossa proposta, mas, juntos, construir uma nova proposta que reflita, tanto quanto possível, o conjunto de crenças, valores e expectativas de cada uma das partes.

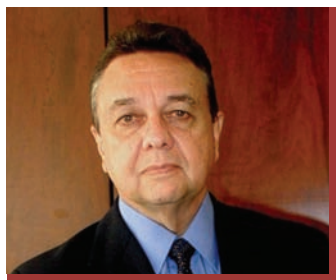
Só assim se poderá criar um ambiente que permita a construção conjunta de instrumentos legítimos e respeitados, que possam contribuir efetivamente para o exercício de um novo modelo de desenvolvimento, que atenda nossas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que também as gerações futuras possam atender as suas. ■

* Engenheiro agrônomo, é consultor em sustentabilidade e diretor da Hecta – Desenvolvimento Empresarial nos Agronegócios. O autor agradece as críticas e sugestões do Prof. Rubens Mazon na revisão do texto

1 Ver *The Stakeholders Engagement: the Guide to Practitioners' Perspectives on Stakeholders Engagement* – By Stakeholder Research Associates Canada, Inc – July 2005

2 Para um maior aprofundamento recomenda-se consultar o capítulo 7, *Ampliando a Faixa de Frequência Corporativa*, do livro de Stuart Hart, *O Capitalismo na Encruzilhada*, Bookman, 2006.

Diário de bordo

Fertilizantes,
uma limitação

Roberto Rodrigues*

MUITO SE tem escrito sobre o explosivo aumento dos preços dos produtos agrícolas em todo o mundo nos últimos dois anos. O crescimento da renda dos consumidores de países emergentes aumentou o consumo, enquanto a oferta não acompanhou a demanda. Com isso, os estoques mundiais caíram, estimulando investimentos especulativos que, somados ao desequilíbrio referido, elevaram preços.

Outros dois fatores contribuíram: o uso de uma parte da safra do milho americano para etanol reduziu a oferta de grão para alimentação animal e humana; e o aumento dos custos de produção, determinado, entre outras razões, pelo petróleo e pelos fertilizantes.

Com os preços convidativos, agricultores em todos os continentes plantarão mais e, em alguns anos, será restabelecido o equilíbrio oferta/demanda, com os preços declinando.

Mas a questão dos fertilizantes não parece assim tão fácil, e pode ser um fator limitante para o resgate. O Brasil é impactado fortemente por esse problema.

Nos últimos dez anos (1997 a 2007), nosso consumo em toneladas aumentou 78,3%, e a produção apenas 34,2%. Com isso, nossas importações de matéria-prima cresceram 370% em dólares no mesmo período. É bem verdade que as exportações também cresceram, mas

não chegaram a 200%, muito abaixo do aumento das importações.

E nossa demanda crescerá mais, devido à ocupação de áreas de pastagens em cerrados pobres. Em 1990, o Brasil consumia 3,2% de todo o fertilizante do mundo, e hoje consumimos 6,1%, quase o dobro.

Não fosse a valorização dos grãos no mercado internacional, nossos produtores já estariam perdendo capacidade de produção por causa dos custos crescentes.

Mas há produtos para os quais a relação de troca ficou muito ruim, como a cana: em 2007, eram necessárias 19,8 toneladas de cana para comprar 1 tonelada de adubo de soca; em 2008, serão necessárias 30,4 toneladas, 50% a mais. Com 3 sacas de café de 60 kg, em 2007 comprava-se 1 tonelada de adubo; hoje precisam-se de 3,5 sacas. Em algodão, saltamos de 47,2 arrobas para 58,8!

Esses dados preocupam, especialmente nos próximos dois ou três anos, porque a indústria mundial vinha produzindo matérias-primas em operação próxima ou superior a 90% da capacidade instalada. Poucos investimentos importantes foram feitos no setor.

No caso dos fosfatados, o mercado deverá ser apertado em 2008, seja pela limitada produção de rocha fosfática, seja pelos elevados custos do enxofre, seja pela sobretaxa imposta pela China às exportações de matéria-prima.

Quanto ao cloreto de potássio, o aumento da produção será marginal, o que já determinou o encarecimento do produto nos últimos meses.

E os nitrogenados, com a demanda indiana e as sobretaxas, terão mercado apertado.

É preciso cuidar atentamente, inclusive buscando novas tecnologias de fertilização, sob pena de vermos prorrogado o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos, fato que não interessa a ninguém, porque vai acabar em intervenção governamental, que distorce mercados. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Alimentos e
biocombustíveis

Cesário Ramalho da Silva*

A TESE de que a produção de biocombustíveis vem tomando área do cultivo de alimentos, contribuindo para sua escassez e aumento dos preços, não se aplica ao Brasil. Temos matéria-prima e terras para produzir ambos de forma coexistente. O mesmo não se pode dizer de Estados Unidos e Europa, que redirecionam grãos, e usam áreas antes destinadas aos alimentos, para os biocombustíveis.

O Brasil tem história na produção de álcool a partir da cana-de-açúcar que remonta a 1975, com o impulso do Proálcool. De lá para cá, instituímos a obrigatoriedade da mistura do produto à gasolina, avançamos para os carros a álcool e subimos mais um degrau com os modelos flex.

Essa trajetória, impulsionada pela pesquisa, que levou a significativos ganhos de produtividade, mostra conhecimento e resultados que posicionam o Brasil como a maior autoridade na produção de combustível limpo, renovável, de biomassa, a custo baixo, sem subsídios e que não compete com alimentos.

Não copiamos os EUA e a Europa. Na verdade, já substituímos 43% de nossa gasolina e nos preparamos para exportar produção e eficiência tecnológica para o mundo. Aqui reside o desafio de transformar o etanol em commodity e na adição obrigatória de biocombus-

Opinião

Inovar para fomentar

tíveis nas frota de veículos dos países, que precisam reduzir emissões de gases poluentes.

Hoje, segundo o presidente da consultoria Datagro, Plínio Nastari, produzimos cerca de 7 mil litros de álcool por hectare de cana-de-açúcar a um custo médio de US\$ 1,6 por galão, enquanto a gasolina no mercado livre mundial é cotada a US\$ 2,8. Isso em um cenário em que o barril do petróleo atinge valores estratosféricos (US\$ 120), com tendência de alta *ad aeternum*.

Atualmente, o Brasil tem 276 milhões de hectares de terras cultiváveis. Desse total, 72% são pastagens naturais/cultivadas, 16,9% são para grãos e somente 2,81% são para cana-de-açúcar, que ocupa apenas 7,8 milhões de hectares, dos quais 4,4 milhões para o álcool.

Em números absolutos, as culturas anuais e permanentes ocupam 72 milhões de hectares, existem ainda 71 milhões de hectares inexplorados disponíveis para agricultura e 172 milhões de hectares de pastagens, com sua recuperação e integração com lavouras, onde a cana avança. Como podemos observar, temos campo para incorporar novas áreas, aproximadamente 100 milhões de hectares, sem dano ambiental.

Além disso, estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta que, neste ano, a safra atinja um recorde de 142 milhões de toneladas de grãos. O volume representa um crescimento de mais de 120% em apenas dez anos – a safra 1997/1998 foi de 76,558 milhões de toneladas de grãos. Com todas essas estatísticas, que atestam a coexistência entre biocombustíveis e alimentos no Brasil, fica difícil taxar o País como vilão da escassez e/ou aumento do preço dos alimentos. ■



João Sampaio*

POLÍTICAS AGRÍCOLAS de incentivo à produção devem ser utilizadas pelos governantes e servir de sustentação ao desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. Os números indicam que a quantidade de alimentos consumida por pessoa é 24% maior que há 40 anos. Fomentar o cultivo e criar dispositivos de apoio ao agricultor é missão dos governos.

O estado de São Paulo inaugurou um modelo novo com o subsídio aos juros. O produtor terá “juro zero” para o pagamento em até cinco anos do financiamento de seis mil tratores oferecidos para a safra 2008/2009. A aquisição será em leilão reverso, em que os fabricantes registram os preços para dois mil tratores de cada categoria, respectivamente de 55CV, 75 CV e 90CV. Aquele que oferecer o menor preço vende o lote.

O crédito é válido aos pequenos e médios agricultores, com renda bruta anual de até R\$ 400 mil. Para se ter uma idéia, seis mil tratores representam mais de 15% das vendas anuais das empresas no Brasil.

Mais que nunca, os termos *food insurance* e *food security* caminham juntos, não basta apenas garantir a produção, mas também a sua qualidade. Em função desse paradigma, o governo do estado lançou um crédito para investimentos em infraestrutura e adequações das propriedades que tenham projetos técnicos buscando certificação. Em vez de oferecer certifica-

dos ou entrar em áreas em que não tem competência, ou que não são da sua atribuição, o estado deve colocar ao alcance do produtor recursos a juros baratos, no caso, de 3% ao ano, para que ele entre no mercado competitivo com certificação.

O atual aumento nos preços dos alimentos carrega uma característica diferenciada, decorre muito mais de uma crise de demanda (aquecida) que de carência de oferta. Registramos safras recordes, principalmente no Brasil, com expectativa de 142 milhões de toneladas na safra de grãos. Em contraposição, dados das Nações Unidas mostram que, em 1965, a porcentagem da população mundial que vivia com menos de 2 mil calorias dieta/dia era de 57%. Com a entrada maciça de chineses, indianos e brasileiros, hoje é de 10%.

Oferecer ao mundo alimento em quantidade suficiente e de qualidade garantida deve ser o desafio dos formuladores de políticas agrícolas. Criar as condições preveniria contra as intermináveis renegociações de dívidas rurais às quais somos expostos, alimentando a imagem de setor protegido e socorrido por sucessivos governos. O equívoco não está no socorro, mas nas medidas que antecedem ao endividamento, pois dar acesso ao crédito e a instrumentos de seguro rural evitariam a dívida.

O cuidado do Poder Público quando intervém na produção deve ser redobrado, porque os efeitos podem ser desastrosos e, muitas vezes, a sua interferência nem precisa ser direta para provocar efeitos colaterais. Caso típico é o do preço do óleo diesel, que impacta nos custos de produção, causa retração da oferta e conseqüente aumento de preços dos produtos. Para a população urbana, a correlação não é aparente e, para o governo federal, às vezes, ela é escondida. Aumentar preços na bomba de gasolina é evidentemente mais impopular.

Para incentivar a produção é preciso olhar técnico e apurado, criar políticas agrícolas de médio e longo prazo requer ainda mais planejamento, particularmente neste momento em que o mundo recorre ao Brasil para o fornecimento de grãos e proteínas. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo